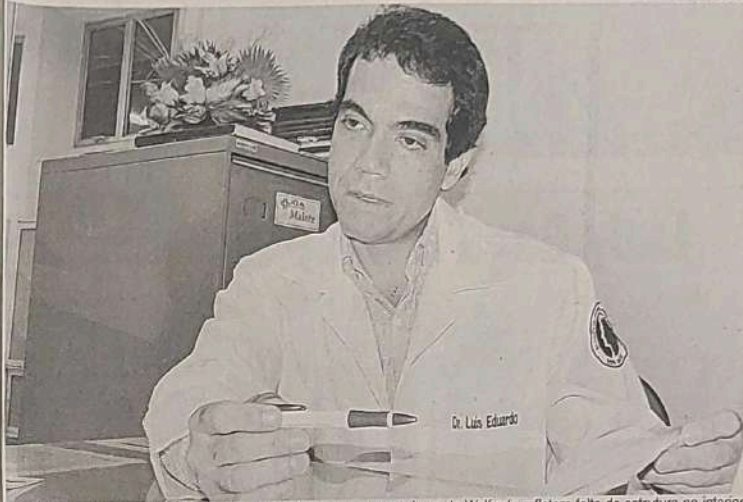




Presidente do Sindicato dos Médicos, Geraldinho Ferreira, revela que deficiência do Estado é em torno de 70 e 80 leitos



Presidente do Cremem, Luis Eduardo, observa que macas nos corredores do Walfredo refletem falta de estrutura no interior

Enfermaria do João Machado deve receber pacientes do corredor do Walfredo Gurgel

GOVERNO FOI NOTIFICADO PARA SE PRONUNCIAR SOBRE AS MEDIDAS ADOTADAS PARA RETIRAR MACAS DOS CORREDORES

JULIANA MANZANO

REPORTER - @JULIANA.MANZANO@HOJONATAL.COM

Apesar de ser uma demonstração de descaso com a saúde pública, a situação dos pacientes colocados nas macas dispostas nos corredores do Hospital Walfredo Gurgel é algo rotineiro e recorrente. Mesmo após completar 11 anos que o Ministério Público abriu o processo de número 00199002514-5 pedindo a garantia do direito à saúde e exigindo que o Estado ofereça um atendimento digno ao cidadão, o problema da retirada das macas ainda não foi resolvido.

No último dia 21, o caso ganhou mais um 'capítulo' quando a Promotora de Justiça Kalina Correia Filgueira, que até então estava substituindo Iara Pinheiro na 47ª Promotoria de Justiça de Natal, deu entrada

no pedido de desarquivamento do processo. A promotora explica que o desarquivamento da ação civil pública levará o juiz a solicitar que as autoridades responsáveis pelo cumprimento da decisão, no caso o secretário estadual de Saúde George Antunes, responda sobre como está o cumprimento da ação.

Porém, a assessoria jurídica da Secretaria Estadual de Saúde Pública (Sesap) informou, através da assessoria de comunicação, que a secretaria ainda não recebeu a decisão do juiz, mas que mesmo assim, já está tomando as providências cabíveis e espera resolver a situação em até 15 dias. Por sua vez, a assessoria de imprensa do Hospital Walfredo Gurgel informou que como a unidade hospitalar é ligada à Sesap, as medidas são as mesmas, pois 'o Hospital não age de forma

independente'.

De acordo com o presidente do Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Norte (Cremem), Luis Eduardo Barbalho de Mello, esta é apenas uma ponta do problema que reflete a condição precária em que o Estado se encontra. "Acho lamentável que isto volte a ocorrer, mas todo este problema é de ordem administrativa e reflete o que acontece no interior do Estado. A primeira coisa a se fazer é colocar para funcionar a saúde nos interiores para que os próprios municípios resolvessem os casos mais simples. O Walfredo Gurgel é um hospital de urgência e emergência e não pode ficar recebendo todos os tipos de pacientes. Se alguns municípios maiores como Caicó e Mossoró concentrassem o atendimento da região e mandassem para Natal somente os

casos mais complexos, uma parte do problema já seria resolvido", ressalta.

Segundo ele, outra atitude a ser tomada é dar mais agilidade aos processos de internação. "Há a necessidade de averiguar os pacientes que estão lá no hospital há muito tempo porque quando a situação está estabilizada, eles podem ser enviados para outro hospital ou até mesmo ser tratados de forma ambulatorial. Por isso, é preciso que haja rapidez nos processos de permanência para liberar os leitos", sugere o presidente do Cremem.

Já o presidente do Sindicato dos Médicos (Sindmed), Geraldinho Ferreira, disse que recebeu informações de que o Governo do Estado está procurando achar uma solução para retirar definitivamente os pacientes dos corredores do Hospital. "A in-

formação que me foi passada é de que a Sesap iria reativar a enfermaria do Hospital João Machado, que comporta 70 leitos, para atender os pacientes que seriam operados no Walfredo e posteriormente seriam transferidos para lá. Outra informação é de que há uma negociação entre o Governo e o Itom para arrendar esse hospital da rede privada e usar a estrutura física para que ele volte a funcionar como uma unidade hospitalar de internamento só que, desta vez, para o Estado", conta.

Geraldinho Ferreira diz que o problema do Walfredo mostra as falhas da rede pública de Saúde. "A deficiência do Estado gira em torno dos 70, 80 leitos e é muito urgente que haja uma solução porque a situação só tende a piorar. Principalmente agora que estamos em período eleitoral e sempre aparece al-

guém querendo 'ajudar' e transportar os pacientes para a capital, no caso para o HWG", completa.

MEMÓRIA

Conforme determinado na decisão interlocutória do Desembargador Relator nos autos do Agravo de Instrumento, em abril deste ano, o Estado foi notificado para se pronunciar a respeito da retirada dos pacientes dos corredores e verificou-se que a determinação judicial foi cumprida, o que resultou no arquivamento do processo.

O transitado e julgado da ação civil pública foi em janeiro deste ano e determinou a retirada de todas as macas dos corredores do Hospital Walfredo Gurgel e Pronto Socorro Clóvis Sarinho, sob pena de multa ao titular da Secretaria de Estado de Saúde Pública (Sesap).

> PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS

Médicos do município abortam indicativo de greve

JULIANA MARZANO
REPORTER

Os médicos do município já haviam aprovado a paralisação da categoria para a próxima quinta-feira, mas após a reunião realizada na tarde de ontem entre os médicos de Natal e representantes da Prefeitura, o indicativo de greve foi suspenso.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte (Sindmed/RN), Geraldo Ferreira, o motivo para a aprovação do indicativo de greve seria o não envio do projeto de lei que cria o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) da categoria à Câmara dos Vereadores. Entretanto, o secretário chefe do Gabinete Civil, Kalazans Bezerra, apresentou o cronograma de providências para a implantação da primeira fase do PCCS e que as reivindicações da categoria foram atendidas. "Nossa preocupação era com o atraso dos prazos e com o não cumprimento do que foi estabelecido, mas nos forneceram o cronograma com o que nós pretendíamos. Conversamos com toda a diretoria do Sindicato e já entendemos que não há motivação para greve", diz Ferreira. Apesar disso, amanhã haverá uma assembleia geral com os médicos e com a comissão formada para acompanhar o processo de implantação do PCCS para repassar o que foi discutido com os re-



Gerardo Ferreira afirma que categoria tem uma nova assembleia marcada para esta quarta-feira

presentantes da Prefeitura. Segundo Kalazans Bezerra, a preocupação dos médicos era com o recesso da Câmara Municipal do Natal. "Havia uma ansiedade por parte dos médicos porque eles alegam que o Governo havia se comprometido em aceitar algumas reivindicações e não isto não foi cumprido. Então eles ficaram temerosos de que acontecesse o mesmo com a Prefeitura, mas por causa da interlocução que nós estamos tendo com os sindicatos

mostrando uma preocupação em reconhecer o trabalho do servidor, eles se mostraram gratos com a atual gestão pela relação de respeito que está sendo criada entre servidores e Prefeitura. Eles ficaram preocupados porque a Câmara vai entrar em recesso, mas não há motivo para preocupação, pois estamos trabalhando em cima do cronograma que tem todas as fases definidas e está sendo rigorosamente cumprido", explica o secretário chefe do Ga-



Kalazans Bezerra



Kalazans diz que entende a ansiedade dos médicos, mas garante que o cumprimento do cronograma

binete Civil, que diz que seis secretarias municipais estão trabalhando na implantação do PCCS e tem ainda o apoio da Fundação Getúlio Vargas.

No cronograma previsto pela Prefeitura do Natal, o entendimento com os sindicatos começou no início do mês de abril, que teve prosseguimento com o censo dos servidores realizado em Maio. Com base nestas informações estão sendo feitas as simulações pós-censo, que verifica a situa-

ção real dos servidores que estão na ativa e onde estão lotados. Segundo Kalazans, esta fase ainda está em vigor, juntamente com a redução do limite prudencial que vai ser feito até o final de agosto. "Nós estamos trabalhando para reduzir o limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal e também já estamos elaborando as mensagens e os projetos de lei. Será escrito em leis o que foi negociado no início da concepção do plano, refletindo o que foi com-

binado entre o sindicato e a Prefeitura", completa.

Na primeira semana de agosto, os projetos serão enviados à Câmara Municipal do Natal e, durante o restante do mês, acontece o período de tramitação na CMN. Em setembro, as leis aprovadas serão publicadas no Diário Oficial e, no final do mês, os servidores já estarão sendo pagos com o reajuste referente à primeira parte de implantação do PCCS.

Cirurgias voltam a ser realizadas no Hospital Deoclécio Marques

Contando com três cirurgiões para completar as escalas dos plantões do mês de julho, o Hospital Deoclécio Marques, em Parnamirim, conseguiu completar a escala de médicos para a realização de cirurgias de abdômen agudo inflamatório desde o dia 1º de julho. Porém, os traumas continuam sendo encaminhados para o Hospital Walfredo Gurgel (HWG). Uma reunião prevista para acontecer hoje à tarde, na sede do Conselho Regional de Medicina (CRM-RN), já foi desmarcada e a interdição do Deoclécio já foi descartada.

Para normalizar a situação, os 16 médicos que fazem parte do corpo cirúrgico do Hospital estão fazendo um remanejamento da carga horária. De acordo com Daniel Brandão, diretor da cirurgia geral do Deoclécio, os médicos estão "adiantando os plantões dos próximos meses". A medida paliativa foi tomada em caráter extraordinário e temporário. "Nós resolvemos fazer isso para não penalizar mais a população. Fizemos uma redistribuição da escala duran-

te o mês de julho, mas na esperança de que a promessa feita pelo secretário George Antunes (secretário estadual de saúde pública) seja cumprida", informa Daniel.

De acordo com Brandão, o secretário informou numa reunião ocorrida do dia 30 de junho, entre ele e os cirurgiões do Deoclécio, que o Estado faria a contratação de médicos para compor a escala o mais rápido possível. Segundo informações do presidente do Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte (Sim-med-RN), Geraldo Ferreira, a Secretaria Estadual de Saúde Pública (Sesap) teria feito a contratação de três médicos durante o final de semana, porém, por questões burocráticas, esses profissionais ainda não se apresentaram ao serviço no Hospital Deoclécio Marques.

"No próximo dia 15 nós vamos fazer uma reunião para reavaliar a as condições do hospital e ver como está o andamento dessas escalas. Nós gostaríamos na verdade é de que os traumas também fossem referencia-



Escala de plantões dos cirurgiões foi reorganizada e, por enquanto, CRM descarta interdição do Hospital de Parnamirim

dos pelo Deoclécio. A demanda para este tipo de atendimento também é muito alta o hospital de Parnamirim, que deveria ter condições de absorver novamente

esse tipo de atendimento", aponta Geraldo.

De acordo com informações da coordenadora de Operações de Hospitais e Unidades de Re-

ferência, Almerinda Fernandes, a Sesap ainda está realizando levantamentos para saber quantos médicos e de onde virão esses profissionais.

HISTÓRICO

Desde o dia 23 de junho as cirurgias estavam suspensas porque os 15 cirurgiões da unidade já tinham cumprido a carga horária prevista para o mês de junho. No mês de maio, o Conselho Regional de Medicina do RN fez uma vistoria no hospital e devido ao aumento no número de procedimentos ficou determinado que deveriam permanecer três médicos por plantão e não dois como vinha sendo feito.

Segundo Jean Carlo Cavalcanti, chefe do departamento de fiscalização do CRM, informa, no entanto, que o Conselho vai permanecer atento à situação do Hospital. Ele explica que no decorrer do mês de julho, a equipe responsável pela fiscalização deve fazer mais uma visita ao Deoclécio, com o objetivo de investigar se os plantões estão preenchidos de fato. "Nessas visitas nós observamos o livro de ocorrências e as escalas e fazemos um confronto dessas informações", explica Cavalcanti.

Eduardo Felipe

Médicos se reúnem com Kalazans Bezerra para discutir Plano de Cargos

Médicos da rede municipal de saúde se reuniram ontem com o Secretário Chefe da Casa Civil da Prefeitura do Natal, Kalazans Bezerra, para mais uma rodada de negociações. A classe médica reivindica mudanças no atual Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS). De acordo com os médicos, a retirada de algumas das gratificações e o novo modelo PCCS não são satisfatórios. A defesa da categoria é de que o PCCS apresentado pelo governo do Estado seja considerado o "norte" para a chegada de um consenso.

Na reunião de ontem, ao invés de uma resolução efetiva, mais apontamentos. Contando com a presença do presidente do Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte (Sinmed-RN), Geraldo Ferreira e outros médicos do município, a tônica do encontro ficou por conta de novas reivindicações. Entre elas, que o cálculo da insalubridade fosse feito em cima do salário base e não líquido, como era apontado no modelo de PCCS apresentado. Além disso, os médicos explicaram sobre a ocorrência de situações que dificultam, não só no pagamento da classe, mas também no atendimento oferecido à população.

Entre as situações está a busca pelo pagamento dos plantões. Por uma falha no modelo vigente, um médico que trabalha em um ambulatório e presta plantão na mesma unidade, por exemplo, não recebia a gratificação devida. Por esse motivo, muitos médicos acabavam se deslocando de um local para outro para complementar a renda. "Esse tipo de peculiaridade, o PCCS não

prevê, mas existe. Isso acaba gerando uma queda na qualidade do atendimento. Imagina uma mulher que faz o pré-natal com um médico, mas na hora do parto, vai dar a luz com um médico desconhecido", explica Geraldo Ferreira.

PLANILHA EM CONJUNTO

Buscando minimizar as distorções e chegar a uma planilha final, Kalazans Bezerra propôs que representantes do Sinmed participassem do processo de confecção de uma planilha junto à equipe da prefeitura e da Fundação Getúlio Vargas, a partir de segunda-feira, 19. "Queremos construir essa planilha em conjunto. Nenhum profissional de saúde vai ganhar menos do que já recebe atualmente", garante Kalazans.

Segundo Geraldo Ferreira, os valores do PCCS atendem adequadamente apenas as outras categorias. Porém, ele reclama que os médicos ficaram prejudicados. Essa situação, de acordo com o médico, vai ser prejudicial para o próprio município que poderá arcar com a fuga de servidores para o Estado, que oferece atualmente um PCCS mais convidativo. "Realizamos serviços semelhantes tanto no Estado quanto no município. É contra a lógica não receber salários parecidos", defende. A expectativa do médico é de que o município se baseie na pesquisa salarial feita entre cerca de 30 municípios, na qual se chegou a uma média salarial de R\$ 6.800 a R\$ 7.200. "Caso isso não ocorra, o déficit que existe na saúde do município tende a continuar", reforça.

Eduardo Felipe



Kalazans Bezerra recebeu uma comitiva de médicos para discutir o PCCS

Sindicato deve negociar

Para Geraldo Ferreira, greve não deve ser instrumento de primeira linha

As entidades sindicais são, sem dúvida, o coração dos movimentos grevistas. São associações profissionais de 1º grau destinados a atender os interesses de classe profissional, melhorar as condições de trabalho e a qualidade de emprego, asseguradas em nível constitucional. São entidades de livre ingresso e livre formação. Para o presidente do Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte (Sinmed-RN), Geraldo Ferreira Filho, a greve é um importante instrumento porque o trabalhador, segundo ele, não possui muitas opções de luta. "Mas não é o instrumento de primeira linha. É preciso lu-

tar para evitar usar essa ferramenta", afirmou.

O papel do sindicato, segundo Geraldo, é construir uma negociação, argumentar exaustivamente e tentar sensibilizar o empregador do valor do trabalho dos servidores. "A greve deve ser usada com responsabilidade. Não se pode suspender serviços essenciais, há limites para a greve. É preciso preservar os direitos da sociedade, que é a parte interessada, que paga pelos serviços através dos impostos", afirmou. Para Geraldo, os sindicatos do estado tem agido com cuidado, não deflagrando greves sem antes terem esgotado as negociações. "No nosso caso, a área de saúde é uma das mais críticas e precisamos tomar esse cuidado", afirmou.

Por outro lado, Geraldo afirmou que existem dois tipos de sindicatos, aqueles que cumprem o papel de forma autênti-



Discurso de presidente do Sinmed durante paralisação dos médicos por 2 horas no HWG

ca e aqueles que terminam politizando as lutas. "Tem aqueles que estão ligados aos empregadores e ao governo e que vivem do imposto sindical, foram criados para sobreviver disso. Esses sindicatos acabam manipulando as categorias de acordo com interesses que não são os dos trabalhadores. Mas existem os sindicatos autênticos, que vivem de forma diferente", disse. Segundo o presidente do Sinmed, o imposto sindical é uma obrigação do governo e representa

um dia de trabalho. "No caso do Sinmed, recebemos R\$ 183, dos quais 60% fica no sindicato. Isso representa 20% da nossa arrecadação, pois o resto é oriundo das contribuições dos associados. É uma entidade voluntária", afirmou.

Geraldo informou que o imposto é importante porque a entidade não trabalha apenas para os sindicalizados, mas para a categoria como um todo. "Esse imposto foi a forma que o governo encontrou, embora seja ques-

tionada, de fortalecer a classe trabalhadora. Mas existem as distorções, que criam as entidades com o único intuito de sobreviver disso. O sindicato não é apenas para mobilizar greves. No nosso caso, a entidade dá assistência jurídica, contábil, oferece serviços de informática, assistência na área de comunicação, oferece programas de continuação médica, aperfeiçoamento de línguas. Ou seja, são uma série de serviços e por isso precisa do imposto", disse. (JC)



Apostado por muitos como desarmado, ferramenta vital: a greve é único caminho

A força da greve

Um dos principais e mais usados instrumentos de pressão dos trabalhadores, sobretudo, em ano eleitoral

Jussara Correia
jussaracorreia.mil@dabr.com.br

Ao lado do direito fundamental ao trabalho está o direito de greve. Embora seja considerado por muitos um instrumento de desordem, essa ferramenta é uma conquista histórica dos trabalhadores, na medida em que permite a movimentação e articulação do servidor em busca de melhores e dignas condições de trabalho. No serviço público, a greve tem se configurado, cada dia mais, como uma eficaz meio de pressão. Recentemente as manchetes na imprensa local divulgavam a greve em alguns setores e a ameaça de paralisação em outros. Espírito público ou decisão forçada? O fato é que após as paralisações os gestores do estado e município concordaram em cumprir acordos com as categorias.

Manifestações recentes no es-

tado e no município comprovaram a eficácia dos movimentos grevistas. Polícias Militar e Civil, servidores da Saúde e da Fundação José Augusto foram algumas das categorias que ameaçaram iniciar uma greve, caso o governo do estado não cumprisse acordos firmados com os servidores. Após diversas manifestações, com direitos a carros de som pelas ruas, faixas e cartazes na Assembleia Legislativa e na frente da governadoria, foram

Conquistas em movimentos recentes

aprovados, nos últimos momentos do governo Wilma de Faria, nove projetos de lei concedendo reajustes salariais e reformas no quadro de servidores. As leis foram sancionadas pela então gestora meia hora antes de renunciar ao cargo.

Outro momento que ilustra a força do instrumento de greve foi a pressão exercida sobre o município pelos membros do Sindicato dos

Servidores de Natal (Sinsenat). Após inúmeras manifestações na Câmara Municipal de Natal e na frente da prefeitura, os servidores conseguiram ser recebidos pela prefeitura que atendeu todos os pontos de reivindicação das categorias, um total de 16, entre eles a implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários, um aumento de 4,5% na data base e a mudança de critérios no repasse do auxílio transporte.

O direito de greve para os trabalhadores em geral está previsto no art. 9º da Carta Magna e vem assim descrito: "É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender. A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade. Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei."

O direito de greve é destinado à proteção contra influências indevidas por parte dos poderes públicos e das entidades privadas. Trata-se de um direito individual de expressão coletiva, na medida em que não pode ser exercido individualmente.

repostas e definiu ainda uma multa diária de R\$ 5 mil.

Bruno Macedo afirmou que a abusividade passa por uma análise. "É preciso saber se o movimento é proporcional ao pleito. Se não for, a Justiça declara ilegalidade e fica autorizada a promover o corte dos dias não trabalhados. Quando o Sindicato apresenta sua pauta, o município analisa e se considerar ilegal, a negociação continua. O que não pode permanecer é a paralisação", disse o procurador.

entrevista >> Soraya Godeiro

"Estratégia inicia com pauta de reivindicação"

Na opinião da presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Natal (Sinsenat), Soraya Godeiro, para ser eficaz, a greve precisa ser usada como instrumento de última instância, quando os gestores tiveram a chance de negociar e não fizeram. Outro ponto é a necessidade de a população ter conhecimento de que a categoria em questão empreendeu todos os esforços em busca do consenso. "Se for usada para atender interesses pessoais, é um tiro no pé", comentou.

Qual o objetivo da greve?

O instrumento de greve é utilizado dependendo da conecção política dos dirigentes sindicais. É usado quando estão esgotadas qualquer possibilidade de negociação e diálogo com a gestão municipal. Jamais utilizamos um instrumento de luta para atingir objetivos políticos e partidários. Não se pode permitir que a entidade seja manipuladora e atenda a qualquer interesse que não seja o do servidor. A finalidade é sempre buscar avanços para as categorias.

Elas são instrumentos eficazes?

Se for utilizada de maneira correta e no momento em que a população tenha conhecimento que os servidores fizeram todos os esforços para se chegar a um consenso, os gestores tiveram possibilidade de negociar e não fizeram, se for usada como instrumento de última instância, a greve é eficaz. Mas se for usada para atender interesses pessoais, é um tiro no pé.

Quais as dificuldades para realizar um movimento?

Nossa estratégia inicia com uma pauta de reivindicações. Nesse documento temos que traduzir o anseio da categoria. Esse é o instrumento mobilizador. Se a pauta estiver bem feita, e se os servidores estão convencidos, facilita na hora de convocar uma greve.

A greve hoje é reconhecida como um direito. Mas nem

sempre foi assim. Que mudanças aconteceram desde 1988, quando o direito foi garantido pela Constituição Federal?

O direito de greve está legitimamente garantido e avança na medida em que avança a democratização da sociedade. O que não pode é confundir a democratização com o uso incorreto do instrumento de greve. Não é porque conseguimos esse direito que vamos fazer a greve pela greve. O movimento precisa ser bem articulado, pois nós não temos outro instrumento de luta. Se fazemos a paralisação no momento incorreto, por exemplo, na hora em que o gestor público abre o diálogo e mesmo assim o servidor se precipita e faz a greve, o movimento não é vitorioso e a gente perde esse instrumento. Após a greve, não há outro mecanismo.

O direito de greve não é absoluto. O grevista fica obrigado a atender algumas necessidades da população?

Sim. Além disso, precisamos avisar ao governo com 72 horas de antecedência, que por impossibilidade de avançar no diálogo, a categoria realizou uma assembleia e decidiu deflagrar a greve. A paralisação não é absoluta e os servidores ficam obrigados a cumprir a lei de greve, que prevê a presença de 30% dos profissionais nos serviços emergenciais e não burocráticos.

Quando o movimento é abusivo

Considerada a arma de luta do servidor público, a greve tem, algumas vezes, sua finalidade desviada e sempre que for direcionada para fins que não sejam de natureza trabalhista, o movimento perde a legalidade.

Em março deste ano, uma decisão liminar do desembargador Henrique Baltazar determinou que o Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte-RN) encerrasse uma greve iniciada em fevereiro, considerando a paralisação abusiva e ilegal. O desembargador indeferiu um pedido do procurador geral do Município, Bruno Macedo, que solicitou que os dias de greve fossem descontados dos salários dos professores, mas atendeu ao pedido para que as aulas fossem

Médicos aprovam indicativo de greve e devem paralisar atividades na quinta-feira

CATEGORIA ESTÁ APREENSIVA PORQUE O PROJETO DE LEI QUE TRATA DO PCCS AINDA NÃO FOI ENVIADO À CÂMARA

Aprensivos com o não envio à Câmara dos Vereadores do projeto de lei que cria o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) da categoria, os 700 médicos do município já aprovaram um indicativo de greve. Em assembléia na sede do Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte (Sinmed-RN), durante a semana passada, a categoria já escolheu uma data para iniciar as paralisações, caso as reivindicações não sejam atendidas. Por unanimidade, os médicos informaram que a greve será deflagrada no dia 8 de julho, próxima quinta-feira.

De acordo com Geraldo Ferreira, presidente do Sindmed-RN, hoje, a partir das 16h, acontece uma reunião entre os médicos de Natal e representantes da Prefeitura, na sede da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), porém, é na assembléia que será realizada na próxima quarta-feira (7), que serão reavaliados e definidos os parâmetros para a greve. "A nossa paralisação vai depender do desenrolar da reunião de hoje e do que a Prefeitura fizer durante os próximos dias", adianta o médico.

Segundo Geraldo, os médicos esperam que haja uma definição sobre a data de envio do projeto de lei para a Câmara Municipal dos Vereadores. De acordo com Ferreira, a inquietação dos médicos também diz respeito à grande diferença dos valores pagos aos médicos lotados na Prefeitura e aqueles que são terceirizados. A disparidade entre os salários pagos chega a ser quase o triplo entre um e outro. De acordo com o médico, quem



Ferreira: greve depende da Prefeitura

realiza o plantão de 12 horas pelo Município recebe R\$ 350. Já para os terceirizados, como é o caso dos profissionais que atuam, por exemplo, na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Pajuçara, esse valor sobe para R\$ 918.

"Esse tipo de situação causa um mal estar muito acentuado entre os profissionais. O desconforto é unânime na categoria. A Prefeitura não montou o novo PCCS, não faz concurso público e se baseia na terceirização para suprir o quadro de funcionários. Só no caso da UPA, cerca de 50 terceirizados atuam como clínicos e pediatras", explica Geraldo Ferreira. "Nós não estamos cobrando nenhuma novidade. Só queremos que aquilo que foi acertado seja transformado em lei. Embora este novo PCCS fosse entrar em vigor a partir de setembro, com os aumentos agendados para setembro, janeiro e março, nós sabemos que



Kalazans Bezerra diz que não há atraso

a tramitação é sempre morosa e estamos sem garantia nenhuma", observa.

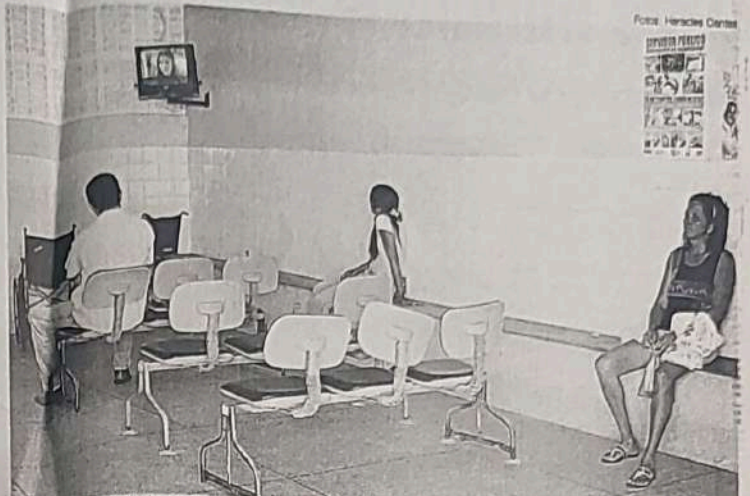
O secretário chefe do Gabinete Civil, Kalazans Bezerra, informa que a maioria dos pontos de reivindicação apresentada pelos médicos do município estão em comum acordo com a proposta do Executivo e informa aos médicos que a administração aguarda apenas o início da escritura das leis, o que será feito durante o mês de julho. "Vamos escrever as minutas durante este mês e os sindicatos serão chamados para verificar se as leis estão compatíveis com o que foi negociado anteriormente. Até o final de agosto elas devem ser enviadas para a Câmara Municipal, o que está dentro do cronograma da Prefeitura. Portanto, não há nenhum atraso no trâmite e os médicos não têm motivo para ficar aprensivos", aponta Kalazans.

Heracles Dantas

Heracles Dantas



Na UPA da Cidade da Esperança, apenas um clínico geral estava atendendo e cerca de 20 pessoas aguardavam sua vez



Enquanto isso, unidade de pronto atendimento da Cidade Satélite estava com escala de médicos completa e a recepção vazia

Falta de médico obriga natalenses a procurar várias unidades em busca de atendimento

NA TARDE DESTA QUINTA-FEIRA, APENAS AS UNIDADES DE CIDADE SATÉLITE, CIDADE DA ESPERANÇA, PAJUÇARA E MÃE LUIZA CONTAVAM COM PROFISSIONAIS À DISPOSIÇÃO. NO HOSPITAL DOS PESCADORES O ATENDIMENTO AMBULATORIAL FOI SUSPENSO

REBECA CORREIA

REBECACORREIA@YAHOO.COM.BR

Procurar o serviço público de saúde há muito tempo se tornou um exercício de paciência. Porém, nos últimos meses a situação tem se tomado cada vez mais delicada. Em busca de atendimento, cidadãos fazem uma peregrinação nas unidades em vários bairros da cidade, sem sucesso. Na tarde de ontem, as unidades de Pronto Atendimento (UPA) de Cidade da Esperança e Cidade Satélite, para onde os pacientes que ainda procuram os hospitais Giselda Trigueiro e Walfredo Gurgel para atendimento ambulatorial são encaminhados, apresentavam realidades bem distintas. Enquanto o posto do Satélite estava com a escala completa e a recepção vazia, na Esperança apenas um clínico estava atendendo e quase 20 pessoas ainda aguardavam sua vez.

Um problema comum a toda rede básica é a constante falta de médicos. Na última terça-feira um

dos clínicos que atuam no posto do Satélite apresentou atestado de três dias, com isso, desfalçou a equipe. Quando o problema parecia solucionado, um segundo profissional também comunicou a falta. Segundo o administrador da unidade, Arlindo Rodrigues, mesmo diante do buraco na escala de plantões, os atendimentos estão ocorrendo normalmente. "Cerca de 100 pessoas passam por aqui por dia. Com um só por plantão logicamente atrasa um pouco, mas ninguém sai sem passar pelo médico e receber tratamento", disse. Por volta das 15 horas somente uma pessoa aguardava a vez, o restante, outras duas pessoas, estava esperando a liberação de pacientes em observação.

Já quem escolheu procurar o posto da Cidade da Esperança sofreu com a falta de estrutura. A escala, que deveria ser preenchida com dois clínicos por plantão de 12 horas, estava com um. Francisco Ramiro da Silva, 60 anos, já estava na fila há

duas horas para ser atendido, mas não tinha esperanças de ser recebido tão cedo. Com a perna bastante inflamada, ele reclamava da dor e do inchaço que o impedem de trabalhar. "Sou vigia de rua. Tive que colocar outra pessoa para trabalhar no meu lugar porque tenho medo de perder esse dinheiro. Na quarta procurei o posto do Satélite e me passaram um antibiótico em comprimido, só que não melhorou nada. Continuo com muita dor e com febre. Vim aqui tentar tomar uma injeção pra dor ou algo que diminua esse sofrimento", descreveu.

Entre 250 e 280 pessoas passam por dia na UPA de Cidade da Esperança. Os funcionários explicam que os médicos não querem mais trabalhar lá, tamanha é a falta de estrutura. "O dia que tem médico aqui é uma benção", afirmou uma servidora que não quis se identificar. Os relatos de agonia se multiplicam. A manicure Mônica dos Reis e a enfermeira domiciliar Raize Xavier foram mandadas para lá de

pois que foram informadas no Hospital dos Pescadores que os atendimentos ambulatoriais foram suspensos. "Me disseram que iam interromper o atendimento porque só tinha um médico de plantão. Há três semanas estou com dores de cabeça constantes, agora o nariz começou a sangrar e o rosto inchar", disse Mônica. "Cuido de um bebê e estou com sintomas de gripe. Meu patrão não me quer lá enquanto não estiver 100%. As vezes parece que ele pensa que eu fiquei doente de propósito. Mas o que posso fazer? Fui no posto das Quintas e não tinha médico, procurei o Hospital dos Pescadores mas mandaram embora e agora vim para cá. Não consigo sequer um remédio. Assim está difícil ficar boa", descreveu a enfermeira.

URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

O Hospital dos Pescadores espera a chegada de sete novos clínicos que completarão a escala deficitária. As 17 horas de ontem, ne-

nhum paciente aguardava atendimento na recepção. Para atender melhor os casos de urgência e emergência que chegavam, o médico de plantão passou a não atender casos de baixa complexidade. Quem chegava era aconselhado procurar as unidades de Mãe Luiza, Cidade da Esperança, Pajuçara e Cidade Satélite, as únicas que tinham médicos disponíveis.

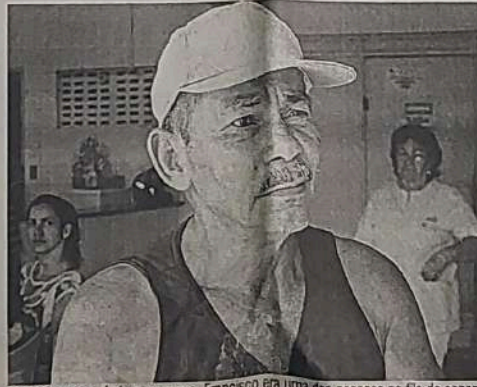
De acordo com o diretor geral, Josenildo Barbosa, a secretária municipal de saúde, Ana Tânia Sampaio, informou que os aprovados no último processo seletivo deverão ser convocados hoje e, então, o problema estaria definitivamente solucionado. "Precisamos de sete médicos de 20 horas para preencher as 160 horas vagas na nossa escala, que é de 480 horas. Quando um dos nossos falta, não há mais o que fazer, já que contamos com os plantões eventuais para completar o quadro. O jeito é mesmo restringir o atendimento aos casos de média complexidade, que é nosso

principal foco".

Segundo Ana Tânia, das 18 vagas publicadas nos editais dos últimos processos seletivos, apenas oito foram preenchidas. A dificuldade está na opção feita por quase todos, que decidiram assumir 20 horas. "No edital nós pedíamos médicos para cumprir 40 horas, mas na seleção sete dos oito escolheram trabalhar 20 horas, o que tem dificultado o fechamento das escalas. Hoje será publicada a convocação destes profissionais em Diário Oficial e, provavelmente, na segunda-feira eles estarão à disposição da secretaria. Os sete médicos de 20 horas serão direcionados para o Hospital dos Pescadores e, pela primeira vez, a escala desta unidade estará completa. Para tentar diminuir o problema, vamos convocar todos os clínicos cedidos a outros órgãos para que assumam plantões em unidades de saúde e um novo processo será aberto em breve para completar as dez vagas remanescentes", disse a secretária.



Depois de tentar nas Quintas e Rocas, Raize não sabe se será atendida na Esperança



Com 60 anos e fratura na perna, Francisco era uma das pessoas na fila de espera



Manicure Mônica Reis não conseguiu atendimento no Hospital dos Pescadores

Foto: Heracles Dantas



Foto: Heracles Dantas

> ASSEMBLÉIA

Médicos se reúnem para elaborar pauta de reivindicações

Em assembleia realizada na noite de ontem os médicos do Estado elaboraram a pauta de reivindicações que será entregue hoje a Secretaria Estadual de Saúde (Sesap). No documento, os profissionais pedem melhores condições de trabalho, tanto na parte de recursos humanos quanto na estrutural. O ponto de maior debate é o que trata da questão salarial da categoria, defasado entre 35 e 40%. Após a entrega da proposta, será aberta uma semana para negociação dos termos e ao final deste prazo uma nova assembleia ocorrerá para definição de uma possível paralisação geral. Na reunião desta quinta-feira, foi discutido também o indicativo de greve, mas até o fechamento desta edição a votação com as decisões ainda não havia acontecido.

Em todos os 16 hospitais pertencentes a rede estadual faltam médicos para cobrir as escalas de plantão. Os mais prejudicados continuam sendo os que estão na linha de frente no atendimento a popula-



Geraldo Ferreira lembra que greve dos clínicos do Walfredo completará uma semana e Sesap não tem apresentado soluções

ção. Com um movimento grevista em andamento, o presidente do Sin-

dicato dos Médicos (Sinmed), Geraldo Ferreira, afirma que pouca

coisa tem evoluído nas negociações. "A greve dos clínicos do Walfredo

Gurgel completará uma semana no sábado e até agora a secretaria tem apresentado soluções que não resolvem o problema da unidade. Esperamos que essa nova negociação seja mais bem sucedida, caso contrário não nos resta outra opção se não a greve", disse.

Entre os pontos em discussão estão a reforma de prédios, modernização das unidades, maior conforto para os pacientes e privacidade para os médicos. Sobre a questão salarial, os profissionais de saúde pedem um reajuste que suprirá as perdas dos últimos anos e o cumprimento do plano de carreiras. Além disso, a categoria cobra uma maior participação do Governo em prol da aprovação do piso nacional dos médicos que estará em votação no Congresso Nacional. "A nossa proposta R\$ 7.200 é baseada no projeto do piso nacional, mas estamos dispostos a negociar isso. Hoje um médico que trabalha no regime de 40 horas semanais ganha R\$ 2.100 de salário

inicial e R\$ 1.100 de gratificação. É um valor muito baixo e nada atraente para aquisição de novos profissionais. Queremos sim que um novo concurso seja realizado, mas o valor oferecido precisa ser repensado", afirmou Ferreira.

Na próxima quinta-feira, dia 28, a classe médica volta a se reunir para discutir as propostas da Sesap a pauta entregue. A expectativa do sindicato é que, confirmada a paralisação, todos os hospitais estaduais, inclusive os regionais, participem do movimento. "Quem trabalha no Walfredo Gurgel, Santa Catarina, Giselda Trigueiro, Maria Alice Fernandes, João Machado Deoclécio Marques e Tarcísio Maia sofre diariamente com a situação precária para o exercício da profissão. Continuaremos brigando por mudanças efetivas e definitivas na saúde do Estado, não havendo avanços nas negociações, poderemos deflagrar a greve na quinta-feira, com a possibilidade de início na segunda-feira, dia 1º de fevereiro".



TEMPO HOJE

Nublado com pancadas de chuvas
Máx: 30°C Min: 20°C



TÁBUA DE MARÉS

Preamar: 01h06 - 2.0 - 13h26 - 2.0
Baixa-mar: 07h06 - 2.0 - 19h21 - 0.6



FEIRAS LIVRES

Igapó: hoje
415 bancas/255 feirantes
Carrasco
819 bancas/477 feirantes



BALNEABILIDADE

Imprópria
Plum



FASES DA LUA

Minguante: Hoje
Novas: 12/06
Nascer do sol: 5h21
Pôr do sol: 17h19

Editora: Yara Círculo
e-mail: yokub@tribunadonorte.com.br

NATAL - RIO GRANDE DO NORTE
Terça-feira - 08 de junho de 2010



SAÚDE
Lara Pinheiro aguarda pronunciamento de hospitais.
PÁGINA 8

[SAÚDE] A contratação de um serviço terceirizado para gerir a UPA de porte II do Pajuçara, segundo informou a assessoria de imprensa da SMS, foi autorizada pela Câmara Municipal de Natal (CMN), conforme a Lei nº 6.108, de 02 de junho de 2010

Prefeitura terceiriza gestão de UPA

Com capacidade para atender 300 pacientes/dia, a primeira Unidade de Pronto Atendimento (UPA) em Natal, a ser inaugurada pelo presidente Lula, às 10 horas de amanhã, no conjunto Pajuçara (zona Norte), será administrada durante seis meses, em regime emergencial, pelo Instituto Pernambucano de Assistência e Saúde (IPAS). A empresa é de Pernambuco e já administra, desde março deste ano, a UPA III do bairro da Imbiribeira, no Recife.

O contrato firmado entre a prefeitura e o IPAS deve sair na edição de hoje do "Diário Oficial do Município", mas a TRIBUNA DO NORTE foi informada, por intermédio da assessoria de imprensa da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), que os valores ainda estavam sendo fechados e, por isso, não podia informar quanto será pago por mês àquela instituição.

A contratação de um serviço terceirizado para gerir a UPA de porte II do Pajuçara, segundo informou a assessoria de imprensa da SMS, foi autorizada pela Câmara Municipal de Natal (CMN), conforme a Lei nº 6.108, de 02 de junho de 2010, sancionada pela prefeita Micaela de Sousa e publicada na edição da quinta-feira, dia 3, do "Diário Oficial".

A lei autoriza, ainda, a contratação de pessoal pelo Município do Natal por tempo determinado, para atender o que for considerado "necessidade temporária de excepcional interesse público". São vagas em programas sociais nas áreas de saúde e educação. Já na edição do "DOM" de sábado, dia 5, foi publicado o termo de qualificação com a assinatura do secretário municipal de Saúde, Thiago Barbosa Trindade, re-

conhecendo o IPAS como organização social e apta a administrar a UPA do Pajuçara.

Na próxima quinta-feira, a UPA do Pajuçara, começa a funcionar em regime de 24 horas, durante os sete dias da semana. Está previsto o atendimento para urgências de pequena e média complexidade. A unidade contará também com laboratório para a realização de exames e salas de raios-X, consultórios de pediatria e clínica médica, além de ambulatório para sutura, medicação e nebulização.

Além disso, a UPA terá salas de acolhimento, observação, setor de pronto atendimento, setor de diagnóstico e terapêutico e se-

O valor do contrato ainda está sendo discutido

ASSESSORIA DE IMPRENSA SMS

rá totalmente informatizada. O modelo de atendimento, preconizado pela prefeitura, deverá seguir "o protocolo de Manchester, usado nos países da Europa e no Canadá".

De acordo com a Secretaria Municipal de Saúde, o paciente que chegar à unidade será imediatamente classificado de acordo com o nível de urgência, receberá um cartão e uma pulseira coloridos e encaminhado ao setor de atendimento correspondente. A SMS pretende dar resolutividade superior a 90% dos casos de urgência de clínica geral e pediatria que chegam à UPA, reduzindo a demanda transferida para os hospitais maiores



UPA do Pajuçara vai começar a funcionar em regime de 24 horas e terá plantões com quatro médicos

SMS tenta justificar terceirização

A TRIBUNA DO NORTE tentou ouvir o secretário municipal de Saúde, Thiago Trindade, sobre a decisão que levou a prefeitura a terceirizar a gestão da UPA de Pajuçara. A assessoria de imprensa do secretário disse que a parceria do poder público com organizações sociais, com experiência para administrar e fazer funcionar as Unidades de Saúde do SUS, tem como objetivo "construir um novo tempo para a saúde, otimizando os processos e reduzindo os custos, além de garantir mais serviços de qualidade para a população".

Sobre o valor do contrato, a assessoria se limitou a informar que "o valor ainda estava sendo discutido", menos de 48 horas antes da inauguração da UPA. Sobre as razões, ainda foi dito que esse modelo de gestão através de parceria já é adotado em outros estados do Brasil "e é considerado um sucesso absoluto". Em São Paulo, desde 1998 o Governo do Estado vem firmando parcerias com as organizações sociais para administrar os novos serviços de saúde. Segundo pesquisa realizada pelo Banco Mundial, o modelo gerou uma melhoria de eficiência superior a 30%, com destaque para o incremento na qualidade dos serviços.

No Rio de Janeiro, o governo estadual vem fazendo contrato de gestão para todas as novas unidades. As parcerias também são destaque no Ceará (Fortaleza), Paraná (Curitiba) e Pernambuco (Recife), onde foi instalada a primeira UPA totalmente informatizada do país.

NÚMEROS DA UPA / PAJUÇARA

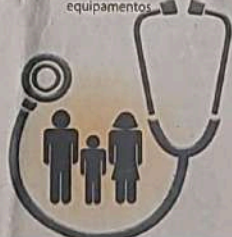
Abaixo veja os investimentos na unidade a ser inaugurada

- R\$ 5,2 milhões de investimentos
- R\$ 3,5 milhões na construção do prédio
- R\$ 1,7 milhão na compra de equipamentos
- R\$ 2 milhões de repasse federal
- R\$ 1,5 milhão de contrapartida do município

Estrutura e quadro de pessoal

- 300 pacientes/dia é a capacidade de atendimento
- 150 profissionais
- 28 médicos
- 4 consultórios médicos
- 12 leitos

Fonte: PMN/SMS, Ministério da Saúde



UPAs no Rio Grande do Norte

Natal	4
Parnamirim	1
São Gonçalo do Amarante	1
Macaíba	1
Caicó	1
Santa Cruz	1
Lajes	1
Paú dos Ferros	1

[CONTINUA NA PÁGINA 2]

[SAÚDE] A Cooperativa Médica do Rio Grande do Norte é quem vai atuar como recontratada pela IPAS, durante os plantões diários, disponibilizando três clínicos e um pediatra

Custeio de UPA será feito pelo Ministério da Saúde

A UPA de Pajuçara é classificada como de porte II, cuja responsabilidade, pelos critérios do Ministério da Saúde, é de cobrir uma área entre 100 mil e 200 mil habitantes. O custeio mensal de uma unidade desse porte está calculado em R\$ 175 mil mensais, recursos que serão repassados pelo Ministério da Saúde. O custo anual fica em torno de R\$ 2,1 milhões.

De acordo com as normas do MS, a UPA do Pajuçara deve funcionar no plantão, com no mínimo quatro médicos. No caso, a Cooperativa Médica do Rio Grande do Norte (Coopmed-RN) é quem vai atuar a partir desta quinta-feira, dia 10, como recontratada pela IPAS, durante os plantões diários, disponibilizando três clínicos e um pediatra.

A UPA de Pajuçara vai permitir a desativação do pronto-socorro que funciona naquele conjunto há 14 anos. É o chamado Serviço Pré-

Hospitalar, que foi inaugurado em 29 de março de 1996, na gestão do então prefeito Aldo Tinoco Filho. "Eu mesmo estou aqui há 12 anos", diz o bioquímico Valci Silva de Oliveira. "Aqui, o serviço funciona 24 horas e atende gente de todo canto, até de outros municípios".

Valci Oliveira diz que a população "é muito carente" de serviços de saúde, por isso, acredita que se for para melhorar o atendimento, a UPA é bem-vinda. Segundo ele, o Serviço Pré-Hospitalar do Pajuçara faz cirurgias de baixa complexidade, como sutura de cortes, drenagem de ferimentos e outros procedimentos, enquanto os casos mais graves são encaminhados para os Hospitais Santa Catarina ou Walfredo Gurgel.

Oliveira informava, na manhã de sábado, dia 6, que sempre tem profissionais de plantão no PS do Pajuçara, que funciona 24 horas por

dia. Apenas o posto ambulatorial, que não funcionava no fim de semana, estava fechado. Profissionais como ele devem ser remanejados para outras unidades de saúde do município, já que o Serviço Pré-Hospitalar será transformado em unidade básica de saúde.

A esperança da comunidade, inclusive de pessoas que residem próximo à UPA de Pajuçara, é que os serviços de saúde prestados à população venham a melhorar, como diz o autônomo Francisco das Chagas Silva: "A gente tem de ter uma expectativa de melhora".

Para Silva, a apreensão das pessoas é que o atendimento, depois da inauguração da UPA, não seja interrompido, "como tudo que começa, no Brasil, e não vinga". Ele até se animou com a inauguração da UPA, porque no sábado já tinha gente limpando todo o terreno em volta do prédio e até luminárias

colocaram na quadra de esportes: "Aqui era tudo escuro à noite".

Já a funcionária pública federal Helda Freire falou das dificuldades que enfrentou no atendimento básico, até para vacinar uma criança: "Tive que ir para o posto de Saúde do Santarém". Em outra ocasião, ele disse que para vacinar a filha foi buscar uma agulha no Centro Clínico de Santa Catarina.

Para o aposentado Osemar Alves Batista, o empecilho foi marcar uma consulta médica, porque "o computador estava quebrado". Em função da idade, 70 anos, dona Sebastiana Ferreira do Nascimento, admitia que sempre foi bem atendida no posto de saúde do Pajuçara: "Faz um ano que não vou, mas era atendida logo". Ela diz estar bem de saúde, e quando foi atendida, por causa da pressão, foi imediatamente medicada e recebeu remédios para tomar em casa.

Decisão de prefeita surpreende sindicalista

O Fórum Estadual de Defesa da Saúde Pública foi surpreendido com a decisão da prefeita Mírcia de Sousa de terceirizar a gestão da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Pajuçara. "Vamos tomar medidas, junto com o Ministério Público, para tentar reverter esse processo de privatização da saúde pública", disse a sindicalista Soraya Godeiro.

Como presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Natal (Sinsinat), Soraya Godeiro explicou que tomou a iniciativa de convocar a reunião do Fórum para o começo da noite de ontem, que contou, inclusive, com a participação da promotora de Defesa de Meio Ambiente, Elaine Cardoso, com quem a TRIBUNA DO NORTE tentou falar, mas o telefone celular não respondia.

Soaraya Godeiro disse que até a quarta-feira da semana passada, havia o compromisso da prefeita Mírcia de Sousa de preencher o quadro de servidores da



Luís Fernando Pires chegou a ser chamado para os quadros da UPA

UPA com o remanejamento de pessoal dos quadros da Secretaria Municipal de Saúde e até a convocação de parte dos concursados de 2006, quando houve a aprovação de 510 candidatos.

"Desde a gestão da ex-secretária Ana Tania Sampaio que foi acordado que não haveria contratação de uma organização de saúde", dis-

se a sindicalista, para explicar que, em Brasília, está para ser julgada uma ação direta de inconstitucionalidade no Superior Tribunal de Justiça (STJ) contra a contratação de organizações sociais pelo serviço público de saúde.

O Ministério da Saúde respondeu, por intermédio de sua assessoria de Comunicação Social, que

a portaria 1.020, datada de 13 de maio do ano passado, prevê que a gestão das UPAs está a cargo dos Estados e Municípios, que também poderão intermediar a contratação das chamadas Oscip - Organizações Sociais de Interesse Público - para administrar as UPAs.

Luís Fernando Pires dos Santos é um dos 34 técnicos em enfermagem e três enfermeiros que foram chamados para os quadros da UPA de Pajuçara, mas que foram surpreendidos com a informação de que o serviço seria terceirizado. "A chefe do Setor de Recursos Humanos da SMS - Ilza Karla - participou da reunião do Fórum e não soube explicar quem estava sendo chamado para o nosso lugar".

Luís Fernando Pires relata, inclusive, que até uma portaria publicada no "Diário Oficial do Município" de 14 de maio deste ano, designou cinco servidores públicos municipais para constituir a Comissão de Avaliação dos Servidores da UPA Pajuçara.

[PEDIATRIA] Atualmente há 270 pediatras ligados à Sociedade do Rio Grande do Norte, dos quais apenas 94 atendem em consultórios. Na Promater, médicos ameaçam parar

Pediatras discutem paralisação

O processo de descredenciamento dos pediatras do Rio Grande do Norte é uma situação preocupante. Os médicos têm se reunido com frequência na Associação Médica para discutir o atendimento aos planos de saúde.

Desde o início do ano diversos profissionais da área já se descredenciaram, alegando como justificativa o baixo valor pago pela consulta, que na maioria dos casos gi-

ria entre R\$ 35 e R\$ 40, enquanto a categoria exige o dobro.

De acordo com o presidente da Sociedade de Pediatria do RN, Nivaldo Noronha Júnior, as negociações não têm avançado e a possibilidade do processo de descredenciamento continuar é real. Segundo ele, há 270 pediatras ligados à Sociedade, dos quais apenas 94 atendem em consultórios. Atualmente, a grande maioria só recebe

pacientes da Unimed, cooperativa que vinha acatando as solicitações.

Menos de um terço continua aceitando trabalhar para outros planos de saúde e, se não houver avanços nas negociações, o número pode se reduzir ainda mais. A falta de pediatras nos consultórios tem aumentado a procura pelos pronto-socorros infantis e a sobrecarga levou os profissionais que atuam na Promater a lançar uma

nota criticando as péssimas condições de trabalho no local.

No texto, eles afirmam que tem se tornado "uma tortura" atender no PS infantil e muitas vezes se veem obrigados a "mendigar" vagas em enfermarias, apartamentos, ou unidades de terapia intensiva. A pediatra Fátima Farias Jácome revela que a demanda chega a ser de 90 atendimentos a cada turno de 12 horas.

Upa da Pajuçara terá novo modelo de gestão

PREFEITURA IMPLANTARÁ UM SISTEMA DE GESTÃO EM PARCERIA QUE É UM SUCESSO EM OUTRAS CAPITAIS DO PAÍS

A prefeitura do Natal inaugura na próxima quarta-feira, 9, em Pajuçara, a primeira Unidade de Pronto Atendimento da Cidade. A UPA terá capacidade para atender mais de 300 pessoas diariamente nos serviços de Urgência e Emergência, 24 horas por dia, sete dias da semana. Mas a novidade, além da abertura da nova unidade com a presença do presidente Lula, é que o município do Natal vai implantar um novo modelo de gestão: a gestão por parceria com uma Organização Social especializada na área de saúde.

“Esse modelo é a parceria do Poder Público com Organizações Sociais com experiência para administrar e fazer funcionar as Unidades de Saúde do SUS.

Nosso objetivo é construir um novo tempo para a saúde, otimizando os processos e reduzindo os custos, garantindo mais serviços de qualidade para a população”, explica o secretário Thiago Trindade.

O modelo de gestão através de parceria já é adotado em outros Estados do Brasil e é considerado um sucesso absoluto. Em São Paulo, desde 1998, o governo do Estado vem firmando parcerias com as organizações sociais para administrar os novos serviços de saúde. Segundo pesquisa realizada pelo Banco Mundial, o modelo gerou uma melhoria de eficiência

superior a 30%, sem considerar o imenso incremento na qualidade. No Rio de Janeiro, o governo do Estado está fazendo contrato de gestão para todas as novas unidades. Essas parcerias também são destaque no Ceará (Fortaleza), Paraná (Curitiba) e Pernambuco (Recife), onde foram instaladas as primeiras UPAs totalmente informatizadas do País.

A UPA de Pajuçara vai contar com uma equipe formada por 150 profissionais, sendo 28 médicos,

com capacidade para atender cerca de 300 pessoas por dia. Terá quatro consultórios médicos, doze leitos, salas de acolhimento, observação, setor de pronto atendimento, setor de diagnóstico e terapêutico e será

totalmente informatizada, com modelo de atendimento que vai seguir o protocolo de Manchester, usado nos países da Europa e no Canadá. O paciente que chegar à unidade será imediatamente classificado de acordo com o nível de urgência, recebe um cartão e uma pulseira coloridos e será encaminhado para o setor de atendimento correspondente.

A SMS pretende dar resolutividade superior a 90% dos casos de urgência de clínica geral e pediatria que chegarem à UPA, reduzindo o índice de transferência para os hospitais maiores.



O presidente Lula vai participar da inauguração da Upa, que terá a gestão compartilhada entre a prefeitura do Natal e uma organização social de saúde.

A Upa será toda informatizada e terá capacidade para atender a 300 pessoas diariamente, durante 24 horas, de domingo a domingo, com a atuação de 150 profissionais, dos quais 28 deles são médicos.

VESTIBULAR
UP 2010.2
MEDICINA

COMEÇAR
MEDICINA
AINDA ESTE ANO
É OUTRA HISTÓRIA.

PÓS-GRADUAÇÃO UFRN APROVA CRIAÇÃO DE NOVOS CURSOS

A Pró-reitoria de Pós-graduação está encaminhando à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) o projeto de criação de mais 12 novos cursos de pós-graduação, sendo sete em nível de mestrado e cinco de doutorado. O projeto foi aprovado pela UFRN no dia 22. As propostas de criação dos novos cursos de doutorado são em Ciências Farmacéuticas, Ciências Biológicas, Enfermagem, Fisioterapia e Saúde Coletiva, todos da área de saúde. Os cursos são diversos.

PROGRAMA CAIXA REABRE INSCRIÇÕES

A Caixa Econômica Federal comunica a reabertura de inscrições de projetos para os programas de Ocupação dos Espaços da CAIXA Cultural, de Apolo a Festivals de Teatro e Dança e de Apolo ao Artesanato Brasileiro. O novo prazo vai de 28 de junho a 11 de julho de 2010. A ação visa a contemplar os proponentes que não conseguiram efetivar suas inscrições no prazo anterior, encerrado em 20/06. A CAIXA reitera que as inscrições já realizadas estão confirmadas e que as propostas poderão ser entregues no novo prazo.

[SAÚDE] A categoria acatou a promessa do Governo do Estado que garantiu o pagamento do aumento salarial de 21% até o próximo dia 2 de julho. As atividades já foram retomadas

Servidores estaduais decidem pôr fim à greve

ALDAIR DANTAS

Os servidores da rede estadual de saúde e os médicos encerraram a greve. A categoria acatou a promessa do Governo do Estado que garantiu o pagamento do aumento salarial de 21% até o próximo dia 2 de julho. As atividades foram retomadas ainda na tarde de ontem.

Os servidores decidiram a retomada do trabalho, em assembleia realizada na tarde de ontem, em frente ao Hospital Walfredo Gurgel. Apesar do fim da greve, a categoria se diz em estado de alerta.

Na manhã de ontem representantes do Sindicato dos Servidores da Saúde (SindSaúde) se reuniram com o governador Ibrê Ferreira de Sousa, que afirmou estar tentando realizar o pagamento no dia 30 de junho ou no máximo, até o dia 2 de julho. "Estamos dando mais um voto de confiança ao Governo, mas estamos em estado de alerta. Se até o dia 2 de julho o nosso pagamento não sair, retomaremos a greve ainda mais forte", disse o diretor estadual do SindSaúde, Marcelo de Melo.

Além dos servidores da saúde e do Serviço Móvel de Atendimento de Urgências, os odontologistas - que também estavam em gre-



Trabalhadores da saúde decidiram acabar com a greve e retornar às atividades nos hospitais

ve - voltarão ao trabalho, mas segundo o presidente do Sindicato, Ivan T. F. Jr., a categoria também ficará em estado de alerta.

Na tarde de ontem, a reportagem da TRIBUNA DO NORTE, entrou em contato com o presidente do Sindicato dos Médicos, Geraldo Ferreira, que garantiu o fim da greve. "Vamos realizar a assembleia hoje (ontem) a noite só para

confirmar o fim da greve porque diante do comprometimento do Governo em pagar o reajuste, não há motivos para paralisação", disse Geraldo Ferreira.

Todos os 15 mil funcionários da saúde serão beneficiados com o aumento. Os de nível superior receberão 21% - sendo 15% na folha complementar que está sendo preparada e 6% a partir de dezembro -

como havia sido acordado. Os funcionários de nível médio terão aumento de 45% em uma única parcela, que deverá ser paga a partir da folha complementar deste mês.

O secretário estadual de Saúde, George Antunes, garantiu, através de comunicado oficial, que também ficou acordado o abono dos dias parados no movimento grevista no mês de junho

Conselho delibera anulação de contrato

O Conselho Municipal de Saúde (CMS) deliberou pela anulação imediata do contrato, no valor de R\$ 6 milhões, firmado entre a prefeitura de Natal e o Instituto Pernambucano de Assistência e Saúde (IPAS), uma organização social que passou a gerir a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Paçuçara, na Zona Norte da cidade.

Na reunião de ontem à tarde, a 203ª do CMS, os conselheiros também deliberaram uma moção de repúdio contra as exonerações da

psicóloga Ana Aparecida Rocha da direção do Centro de Assistência Psico-social Infantil (Capsi) e a assistente social Valéria Diógenes Negreiros da direção do Serviço de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

A presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Natal (Sisenat), Soraya Godeiro, considerou que as demissões "foi uma retaliação" por conta das denúncias dos servidores da área sobre a precariedade da assistência

aos pacientes desde janeiro de 2009.

Já a secretária municipal adjunta de Saúde, Ilza Bernades Ribas, disse que as demissões não se tratavam de retaliação, mas "uma recomposição técnica da equipe", inerente ao poder discricionário que o titular da pasta, Thiago Trindade, tem de escolher e nomear servidores para os cargos de confiança.

O presidente do CMS, Marcelo Dantas de Medeiros, informou que seis entidades assinam a moção de

repúdio às demissões dos servidores da SMS. O entendimento é de que há uma situação de precarização instalada, de ineficiência deliberada da gestão com o objetivo claro de privatizar os serviços e a própria gestão. "Aqueles que resistem estão sendo exonera- dos", disse Dantas.

O documento aprovado ontem será apresentado à 4ª Conferência Nacional de Saúde Mental, que será realizada de domingo, dia 27, ao dia 30 de junho, em Brasília.

[SERVIÇO] A programação para o dia do jogo da seleção do Brasil terá início a partir das 8h com a apresentação de DJ, trio de forró, quadrilha Festejo e Isaque Galvão

DANILO GENTILI
CABOTELCOM
VOLUME I
DIRETO DO CQC

DOMINGO
DIA 27
DE JUNHO
ÀS 18H

TEATRO
ALBERTO MARANHÃO

REALIZAÇÃO
Teatro Pólis
www.teatropolis.com.br

PONTO DE VENDA
Flamant's
Midway Mall - 3º piso
(84) 3213-2934

CLASSE ASSINANTE
Desconto de 50%, à vista em até 2 (dois) ingressos inteiros individuais por assinante, na apresentação da carteira do Clube (Assinante TN paga R\$ 30,00 por cada ingresso).

COMARCA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE/RN REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS

O Bel. Vinícius Graco Diógenes Freitas, Oficial do Registro Geral de Imóveis da Comarca de São Gonçalo do Amarante/RN, privativo do 1º Ofício de Notas, situado na rua Olinio José Rodrigues, nº 10, Bairro Samburá, na forma da lei, etc. **TORNA PÚBLICO**, para ciência dos interessados e em cumprimento ao disposto no art. 19 e seu §3º, da Lei 6.766, de 19.12.1979, que a empresa denominada **FLORIDA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA** (CNPJ/MF sob nº 09.024.523/0001-42) pessoa jurídica de direito privado, com registro na JUCERN sob nº 24200458850 com sede na Rua Leonora Armstrong, nº 100, Ponta Negra, Natal/RN, neste ato representado por seu sócio o Sr. **Pedro Forteza Artiques** (Identidade Estrangeira nº V535802-8 e CPF/MF sob nº 015.917.294-24), espanhol, viúvo, empresário, maior, capaz residente e domiciliado na Rua Pastor Joaquim Batista de Aguiar, nº 12, Ponta Negra, Natal/RN

TRÁFICO

PF prende 19 em operação

A Polícia Federal realizou durante o dia de ontem a Operação Mosaico, que culminou na prisão de 19 empresários Rio Grande do Norte, Piauí e Maranhão. Foram cumpridos 15 mandados de prisão e 15 de busca e apreensão nos três estados. Em Natal, a PF prendeu três empresários que faziam parte da organização criminosa. Os nomes divulgados. O delegado de Repressão a Entorpecentes da Polícia Federal do Piauí, Alex Chagas Silva, informou que os presos não pegavam diretamente na droga para a venda no 'varejo', mas distribuíam o crack para os pontos de venda na capital do Piauí. Segundo ele, o crack é comprado de traficantes de São Paulo e do Amazonas e que são ligados a uma facção criminosa de São Paulo. O superintendente da Polícia Federal no Piauí, Marcos Antônio Farias, declarou que durante a operação foram apreendidos 60 quilos de crack, seis veículos, entre eles quatro automóveis e duas motocicletas, além de duas metralhadoras e de R\$ 18,5 mil em dinheiro. "Foi confirmada a relação do grupo que atuava no Piauí, Maranhão e RN com uma facção criminosa de São Paulo. A droga apreendida foi considerável principalmente para a região - declarou o delegado federal Marcos Antônio Farias". Alex Chagas Silva disse que os empresários presos no Piauí são jovens e atuavam em várias frentes, mas com uma atividade principal, o tráfico de crack. Os presos são donos de postos de lavagem de carros, trailers de venda de lanches e bebidas, mas a atividade principal o tráfico de crack.

Índice

economia	05
cidades	06
muito	09
social	11
passatempo	12
televisão	13
opinião	14
brasil/mundo	16
esportes	24

otempo hoje

NATAL //

Nublado a parcialmente nublado com chuvas isoladas

RIO GRANDE DO NORTE //

Nublado a parcialmente nublado. Chuvas notadas no litoral leste; possibilidade nas demais áreas.

tábuade marés

09:32 2,2
16:04 2,1
09:32 0,3
21:43 0,4

LUA crescente

Acaba greve da Saúde

Servidores aceitaram proposta do governo e encerraram paralisação após três dias

Andrielle Mendes

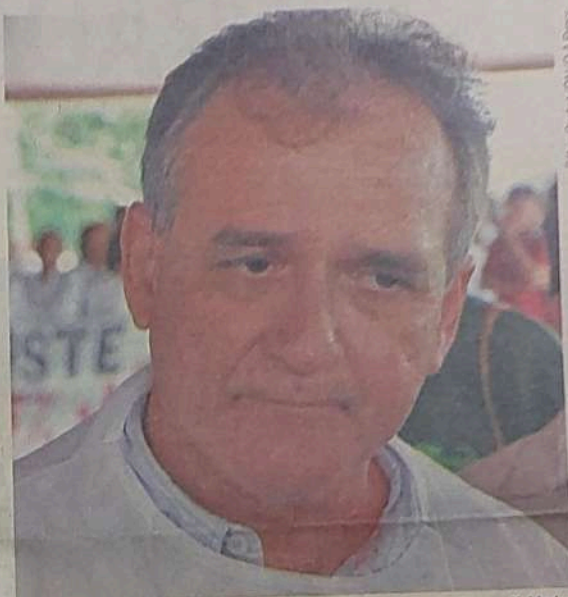
Especial para o Diário de Natal

Depois de três dias em greve, os servidores da saúde estadual resolveram aceitar a proposta do governo e encerrar a paralisação. Porém, o sindicato decidiu manter os trabalhadores em alerta e marcaram uma nova assembleia para o dia 2 de julho. Se até este dia o governo não tiver pago o que a categoria conquistou, a paralisação será reiniciada no dia seguinte. Os médicos, que ameaçaram greve e até marcaram uma mobilização nesta quinta-feira, também descartaram a hipótese.

Ontem à tarde, os representantes do Sindicato dos Médicos (Sinmed) se reuniram com o secretário estadual de Saúde, George Antunes. O objetivo, segundo o presidente do sindicato, Geraldo Ferreira, era definir o dia que o aumento salarial anunciado pelo governo seria repassado e discutir uma alternativa para aumentar o número de cirurgiões no Hospital Regional Deoclécio Marques, em Parnamirim.

Devido a sobrecarga de trabalho e à impossibilidade de completar as escalas de plantão no hospital, os cirurgiões decidiram paralisar as atividades. Com a paralisação, todos os pacientes atendidos pelo Samu Metropolitano seriam encaminhados aos hospitais Walfredo Gurgel e Santa Catarina. Enquanto o Sinmed optou por cancelar a mobilização e recomendou que todos os médicos fossem para o trabalho, o Sindaúde resolveu manter a mobilização, que ocorreu pela manhã na Governadoria. A intenção era pressionar o governo a cumprir a lei 423/10, que prevê reajuste para a categoria. A negociação entre Sindaúde e o governo se arrasta há muito tempo. No início de março, eles iniciaram uma greve que durou 10 dias. A reivindicação era de um reajuste salarial de 45% para todas as categorias. Os trabalhadores aceitaram os 45% apenas para o nível fundamental e os níveis médio e superior receberiam um reajuste de 21% em duas parcelas, sendo a primeira de 15% em junho e a segunda de 6% a partir de dezembro.

Os prazos foram cumpridos, o projeto de lei votado na Assembleia Legislativa e sancionado pela então governadora, sendo publicado no Diário Oficial do Estado no dia 1º de abril. Ao tomar posse, o gover-



Médicos, segundo Geraldo Ferreira, também descartaram suspender as atividades

nador Iberê Ferreira declarou que o cumprimento do acordo dependeria da Lei de Responsabilidade Fiscal. Depois voltou atrás e garantiu que cumpriria todos os acordos firmados com os servidores. A folha de pagamento de junho foi fechada, mas a primeira parcela do acordo não havia sido incluída.

Apesar da mobilização, o atendimento no Hospital Walfredo

Gurgel estava normal na manhã de ontem. De acordo com a assessoria do hospital, 70% dos servidores trabalharam durante a greve. Apenas 30% paralisaram as atividades. A inversão do percentual determinado pela Lei de greve tinha como objetivo amenizar os prejuízos à população e evitar a sobrecarga de trabalho para os profissionais.

JOGO DO BRASIL

Comércio muda funcionamento hoje

Luan Xavier

luanxavier.m@dabr.com.br

Em mais um dia de jogo da Seleção Brasileira na luta pela conquista do hexa na Copa da África do Sul, hoje, quando o Brasil cumpre o último jogo da primeira fase contra Portugal, o comércio da cidade irá funcionar novamente em horário diferenciado.

A Câmara de Dirigentes Lojistas de Natal (CDL) divulgou que é de livre opção do lojista a abertura da loja durante a partida, no entanto a maioria dos comer-

ciantes informou que irão manter fechados os seus comércios durante os jogos do Brasil.

As praças de alimentação dos shoppings da cidade permanecerão abertas e com telões espalhados para a transmissão do jogo entre Brasil e Portugal, hoje às 11h, último confronto da primeira fase do mundial.

Os bancos da região metropolitana funcionarão das 08h às 10:30h e das 14h às 16h. No interior as agências irão funcionar das 08h às 10:30h e das 14h às 15h.

HORÁRIOS

Comércio de Rua

- Alecrim: Fechamento às 10h e reabertura às 13h
- Centro da Cidade: Fechamento às 10h e reabertura às 13h
- Zona Norte: A maioria dos comerciantes seguirão os horários bancários.

Shopping Midway Mall

- Funcionamento geral a partir das 14h

Natal Shopping

- Das 10h às 13:30h abertura facultativa, passando a obrigatória às 14:30h.
- Alguns restaurantes estarão exibindo os jogos.

Praia Shopping

- Praça de Alimentação a partir das 10h e demais lojas das 13:30h às 22h.
- Haverá transmissão no telão.

Shopping Cidade Jardim

- Funcionamento das 09h às 10:30h e das 13:30h às 21h.

Shopping Via Direta

- Das 09h às 14h abertura facultativa, passando a obrigatória às 14h.

Natal Norte Shopping

- Praça de Alimentação das 10h às 22h e demais lojas e quiosques das 14h às 22h.
- Haverá transmissão no telão.

Supermercados

- A maioria das lojas fecharão 10 minutos antes das partidas, reabrindo 10 minutos após o término.

Bancos

- Funcionamento das 08h às 10:30h e das 14h às 16h.
- Nas fases seguintes, as partidas marcadas para as 11h, as agências funcionarão das 08h às 10:30h e das 14h às 16h. E nas partidas marcadas para as 15:30h, as agências funcionarão das 08h às 14h.

Encontro Nacional das Entidades Médicas (Enem)

Enem ganha força com debate no NE

A avaliação dos diferentes modelos de gestão em saúde deverá ser analisada pelos participantes do XII Encontro Nacional das Entidades Médicas (Enem), programado para julho, em Brasília (DF). Esta foi uma das contribuições do Pré-Enem Nordeste, no qual se enalteceu a importância de se discutir aspectos relacionados às fundações públicas de direito privado, às organizações sociais (OSs) e às organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips), sempre com ênfase no controle social e na transparência.

A proposta foi definida por representantes de conselhos de medicina, sindicatos e associações médicas dos nove estados do Nordeste brasileiro, durante encontro promovido de 29 de abril a 1º de maio, em Natal (RN). O Pré-Enem Nordeste trabalhou na conjuntura polí-



Foto: Ana Clemen/Gremem

Prioridades em Natal: representantes das entidades médicas definiram os temas que devem ser levados ao Enem, em Brasília

tica relacionada ao exercício profissional, por meio de estratégias em defesa dos médicos, da medicina e da saúde da população.

A proposta encaminhada se destacou entre os três eixos que nortearam os debates: formação médica; mercado e trabalho; e SUS – políticas de saúde e relação com a sociedade. Os mesmos eixos temáticos orientarão a agenda de debates

previstos para ocorrer no XII Enem.

A bandeira prioritária é a luta por melhor assistência dentro do Sistema Único de Saúde (SUS). Para o coordenador da

Comissão Nacional Pró-SUS, Remuneração e Trabalho do Médico e 2º vice-presidente do CFM, Aloísio Tibiriçá Miranda, o encontro chama a atenção dos gestores para a responsabilidade de encontrar soluções para o sistema: "Assim, poderemos construir um SUS melhor, atento às novas demandas que surgem com o avanço da tecnologia e as mudanças nas relações humanas, econômicas e sociais".

Os participantes do Pré-Enem também chamaram a atenção dos gestores do SUS para a criação de uma carreira de Estado. Segundo Miranda, com essa medida, em modelo semelhante

ao adotado pelo Poder Judiciário e Ministério Público, seria assegurada a presença do médico em todos os cantos do país. Outro assunto de destaque foi o problema da residência médica no país.

Foram expostas as perspectivas e atuais condições da fase de experiência e aprendizado prático dos egressos na residência. O 1º vice-presidente do CFM, Carlos Vital, destacou o perfil do formando em medicina, com destaque para as competências e habilidades. "Há uma preocupação no que diz respeito à formação médica. As escolas médicas e de residência merecem maior atenção", ressaltou.

AGENDA DO ENEM

Evento	Datas	Locais
Pré-Enem Sul-Sudeste	14 e 15 de maio	São Paulo
Pré-Enem Norte/Centro-Oeste	4 e 5 de junho	Belém
XII Enem	27 a 30 de julho	Brasília

Pacientes que precisam da UTI não encontram vagas nem na rede pública, nem na privada

NA MANHÃ DE HOJE, TRÊS DOS HOSPITAIS PRIVADOS CREDENCIADOS AO SUS ESTAVAM COM TODOS OS LEITOS OCUPADOS

FILIPE MARCELO

FILPEMARCELO19@HOTMAIL.COM

A escassez de vagas em Unidades de Terapia Intensiva (UTI) nos hospitais públicos do Rio Grande do Norte começa a refletir na rede privada. Dos cerca de 200 leitos de UTIs existentes nos hospitais privados, pelo menos 80 são reservados a doentes que têm o tratamento pago com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), através de contrato firmado pela Secretaria Estadual de Saúde Pública (Sesap). Os hospitais públicos do RN possuem apenas 127 leitos de UTI para atender toda a população local. Com a quantidade extra de internações na rede particular, em casos pontuais, chega até mesmo a faltar vagas para quem possui convênio médico.

Quem busca por vagas em leitos de UTI de hospitais particulares como, por exemplo, Hospital do Coração, Hospital São Lucas e Hospital Unimed, a resposta é mesma: não há vagas. Esta foi a resposta recebida pela equipe de reportagem deste vespertino na manhã desta segunda-feira. Dos 26 leitos de UTI do Hospital do Coração, nenhum está disponível. No Hospital da Unimed, os 19 leitos disponíveis estão lotados. Os 22 leitos de UTI do São Lucas também estão comprometidos. O cenário se repete na maioria dos hospitais, salvo por algumas vagas pontuais que vão sendo disponibilizadas, de



Sesap contratou os leitos que estavam ociosos na rede privada, mas a demanda é maior que oferta

acordo com a rotatividade dos pacientes nessas unidades de saúde.

Áreas como cardiologia e pediatria são mais as difíceis de encontrar vagas disponíveis, de acordo com Geraldo Ferreira, presidente do Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte (Sinmed-RN). "Existe realmente uma espera muito grande para esse tipo de especialidade. Isso já é problema comum na rede pública e agora começa a acontecer na rede privada", observa. Segundo o médico, depois que o Estado contratou a "ociosidade" que havia nos hospitais privados, esses equipamentos começaram a passar

por problemas semelhantes aos ocorridos na rede pública de saúde. "Existem hospitais que praticamente arrendaram toda a sua estrutura ao Estado. São os casos do Hospital Memorial e o Hospital Médico Cirúrgico", explica Geraldo.

Além, da cardiologia e pediatria, Geraldo Ferreira aponta também a obstetria como uma das áreas mais carentes. "A maior carência na saúde do país hoje são leitos de UTI. No Rio Grande do Norte não havia leitos de obstetria e as pacientes eram deixadas em uma unidade de cuidados intensivos, que funcionava com recursos limitados.

O Hospital Januário Cicco recebeu recentemente seis leitos de obstetria, o que ajuda a amenizar um pouco a situação", relata o presidente do Sinmed-RN.

BRIGA JUDICIAL

Na hora do desespero, quando se está com um parente em estado grave e a família não tem recursos para pagar um hospital particular, a recomendação é recorrer à Justiça. A Promotoria de Saúde Pública do RN frequentemente analisa casos de pacientes que necessitam de atendimento emergencial e não conseguem por falta de vagas na

rede pública. A assessoria técnica da Promotoria de Saúde Pública explica que, apesar da situação extrema, existe um processo que pode atrasar a ida do doente para a UTI de um hospital particular.

Ou seja, conseguir uma vaga em UTI por meio judicial não é uma situação tão simples. "O parente da vítima tem que pedir um relatório do médico sobre a situação do paciente. Nele, o especialista vai explicar que não há vagas na unidade em que trabalha e deixará claro que o paciente deve ser removido para uma UTI. De posse desse relatório, ele (o familiar) deve se di-

rigir ao órgão. Nós encaminhamos um pedido ao juiz e verificamos na Unidade de Gerenciamento de Vagas (órgão da Secretaria de Saúde) se possui vaga em outro hospital público da cidade ou se o paciente deve ser conduzido a um hospital particular. Damos prioridade total a esses casos, mas o processo tem que ser este", comenta Jean Félix, agente administrativo da Promotoria de Saúde Pública. A reportagem do O Jornal de Hoje tentou entrar em contato com a Associação dos Hospitais Privados do Rio Grande do Norte, porém, não obteve sucesso.



Presidente do Sinmed, Geraldo Ferreira, revela que cardiologia e pediatria são os mais carentes de vagas

> CRISE

Colapso no serviço clínico dos planos de saúde superlota as urgências pediátricas

Apesar do comunicado posto na página virtual na semana passada, a administração do Hospital Promater ainda busca alternativas para não encerrar os atendimentos de urgência e emergência pediátrica. A notícia "caiu como uma bomba" no colo dos pais dos pequenos que têm plano de saúde, uma vez que a rede hospitalar privada é bastante reduzida. Previsto para o dia 1º de julho, o fechamento do pronto socorro é a última alternativa caso não seja firmado um acordo entre os médicos e as operadoras dos planos para reestruturação do serviço clínico, em colapso desde que a categoria suspendeu o atendimento pelo não reajuste do valor pago por consulta. Na tarde de hoje a diretoria da Promater se reuniu com representantes de quatro empresas, que juntas detêm 90% do mercado natalense, para chegar a um consenso

sobre a manutenção do atendimento às urgências infantis.

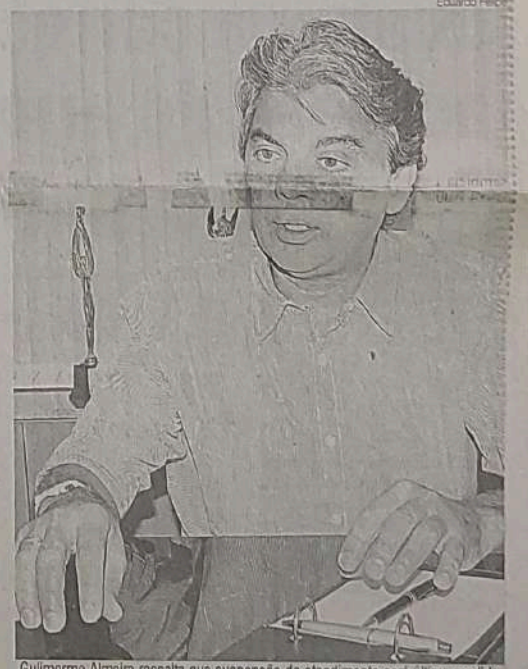
A condição de trabalho dos médicos plantonistas se complicou com o esfacelamento da rede clínica, pois passaram a prestar um atendimento que deveria ser realizado em nível ambulatorial. Segundo o diretor médico da instituição, o pediatra Guilherme Maia, os profissionais estão sobrecarregados e não aceitam mais a situação. "O pediatra foi esquecido pelos planos de saúde. Temos aqui excelentes profissionais, mas assim como qualquer outro trabalhador, eles têm seu limite. Esta crise gera uma insatisfação geral. O médico não é valorizado e o cliente é prejudicado pela falta do serviço contratado", disse.

Até o fim desta semana a diretoria terá uma reunião com a Associação de Pediatra do Rio Grande do

Norte (Sopern) com objetivo de planejar uma melhor solução para o impasse. Atualmente, a Promater conta com 16 médicos responsáveis pelos plantões na urgência e emergência pediátrica e realiza cerca de 180 partos por mês. O vínculo médico-paciente é diferente quando se trata de um recém nascido. Até o primeiro ano de vida, mensalmente a criança é acompanhada pelo especialista que, além de verificar o desenvolvimento e a saúde do paciente, dá dicas aos pais que vão de como dar banho até o corte das unhas. "A consulta pediátrica é sempre muito completa. Este é mais um motivo de insatisfação dos profissionais. Hoje o valor pago pelos planos não dá direito ao retorno, então os pais acabam buscando a urgência para tratar uma tosse ou um mal estar da criança. Casos mais graves que deviam re-

ceber atendimento imediato, como uma febre alta, uma convulsão ou um problema respiratório são prejudicados. A nossa realidade é tão crítica que temos filas às 4h30 da manhã", detalhou o diretor.

O documento encaminhado pelos médicos pediatras à administração da instituição estabeleceu um prazo de 40 dias para que uma resposta definitiva fosse apresentada, sob a ameaça de deixar de prestar o serviço. "O caso deixou de ser financeiro há tempos. Mesmo que o valor pago seja dobrado, os médicos não aceitam. É necessária a reestruturação do atendimento básico. Temos até o final do mês para traçar uma estratégia para sair deste problema. Mas asseguramos à população que não ficará desassistida", concluiu Guilherme Maia. (Rebeca Correia)



Guilherme Almeida ressalta que suspensão do atendimento será última medida

Geraldo Ferreira é reeleito no Sindicato dos Médicos

CHAPA ÚNICA E 95% DOS VOTOS CONFIRMAM ACEITAÇÃO

Eduardo Felipe

Com cerca de 200 votos, a chapa "Novo Sindicato" foi a ganhadora nas eleições do Sindicato dos Médicos do RN 2010, que ocorreu ontem, nas sedes dos Sindicatos dos Médicos do Rio Grande do Norte (Sinmed-RN), em Natal, Mossoró, Caicó e Pau d'ós Ferros. Encabeçada pelo médico Geraldo Ferreira, a chapa assume por mais três anos a presidência do Sindicato, junto com uma nova diretoria, que tem como vice-presidente a doutora Mônica Cristina.

Entre os novos desafios, o médico indica a necessidade da criação de um instituto de estudos na área da saúde. Segundo Geraldo, é necessário fundamentar e aprofundar o estudo das diversas demandas que existem na saúde pública, como a operacionalização de programas como o Saúde de Família, por exemplo. "Os novos dados às vezes são muito empíricos, mas é preciso um aprofundamento maior para entendermos o funcionamento da saúde", comenta. Outra proposta apontada por Ferreira seria a criação de uma cooperativa de crédito para os trabalhadores da área da saúde que, segundo Geraldo, sofrem na mão de financeiras que cobram juros altos para suas operações. "Este é um plano grandioso. Já estamos em negociação com outros sindicatos da área. Essa iniciativa pode congrega até 15 mil pessoas", informa.

Além das novidades, o médico comentou sobre as principais conquistas que a categoria médica alcançou durante o último mandato. Segundo ele, os ganhos que a classe médica obteve durante esses três anos representaram um aumento salarial em torno de 200 a 300%, que implicou em conquistas profundamente significativas. "Tivemos conquistas no Plano de Cargos, Salários e Carreiras. Além



Ferreira pretende organizar uma cooperativa de crédito para profissionais de saúde

disso, buscamos a interiorização do sindicato, onde o Sinmed pode chegar aonde não havia chegado antes, por meio de programas de

Entre as principais conquistas pela categoria, Ferreira destacou um aumento salarial que oscila entre 200% e 300% e o plano de cargos e carreiras.

benefícios aos médicos dos municípios", pontua.

Outro fator de importância foi à criação de programas voltados

aos médicos. "Hoje, o médico está completamente assistido na área jurídica, de contabilidade, informática e também por meio de programas de educação médica continuada", enfatizou. Para ele, esses projetos vitoriosos justificam a falta de opositores e confirma o apoio da categoria durante a sua gestão.

VOTAÇÃO

Ao todo foram registrados 164 votos nas quatro cidades de urnas fixas, onde 156 foram para Chapa "Novo Sindicato", correspondendo um percentual de 95% do total de votos e confirmando a eleição da chapa. Inicialmente, a posse da nova diretoria está prevista para o dia 25 de junho.

[SAÚDE] No próximo dia 13, haverá uma audiência pública na Câmara Municipal de Natal para discutir a questão que começou com a terceirização dos serviços da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do conjunto Pajuçara

Sindicatos são contra terceirização

EMANUEL AMARAL

Os sindicatos dos servidores públicos da área de saúde contestam, judicialmente, o que chamam de privatização do atendimento prestado à população natalense pela Secretaria Municipal de Saúde. O presidente do Sindicato dos Médicos, Geraldo Ferreira, informou que na manhã da próxima quarta-feira, dia 11, haverá uma audiência pública na Câmara Municipal de Natal para discutir a questão, que começou com a terceirização dos serviços da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do conjunto Pajuçara, na Zona Norte de Natal e desdobrou, agora, para a criação das AMEs, os chamados Ambulatórios Médicos Especializados que serão geridos por organizações sociais em cinco bairros da capital.

Geraldo Ferreira disse que o atendimento de saúde é uma "atividade precípua do serviço público" e que a contratação terceirizada só é admitida pela legislação brasileira "como complementar" à falta de profissionais que possam existir nas unidades públicas de saúde.

A presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Natal (Sinsemat), Soraya Godeiro, até desafia a prefeitura a liberar recursos para as unidades geridas por serviços públicos, a fim de comparar com o atendimento feito por entidades privadas, como ocorre com a UPA de Pajuçara e deve ocorrer em relação à UPA da Cidade da Esperança, cuja comunidade está se mobilizando para ocupar a e pressionar a administração municipal para colocá-la sob a gestão do próprio quadro de servidores da SMS.

Os sindicalistas alegam que em alguns estados a terceirização vem sendo contestada na justiça, existem casos em que os gestores estão sendo obrigados a ressarcirem os cofres públicos por terem autorizado o repasse de recursos financeiros para instituições terceirizadas.

Soraya Godeiro lembrou que, por ocasião da abertura da UPA de Pajuçara, no meio do ano, pelo menos 85% do quadro podia ser preenchido por servidores públicos, enquanto o restante - 15% - podia ser de contratações complementares, como prevê a lei.

Segundo ela, o Sinsemat já moveu 300 ações judiciais para obrigar a Prefeitura a contratar os concursados de 2006 e 2008, que poderiam muito bem ocupar as vagas disponíveis nessas novas unidades que estão sendo criadas na rede municipal de saúde.

A presidente do Sindicato dos Servidores da Saúde (Sins SAÚDE), Sônia Godeiro, afirmou também que as nomeações dos diretores das unidades de saúde têm um viés político e apela para que o município volte a ter eleições para esses dirigentes, um modelo que foi extinto em 1996. Os servidores da saúde também aguardam, para hoje, a aprovação do plano de carreira que está em tramitação na Câmara desde 10 de agosto. Soraya Godeiro disse que o líder da prefeita Micaíra de Sousa, vereador Enildo Alves, comprometeu-se em apoiar.

A assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJ/RN) informou, também, que o pedido do Ministério Público de bloqueio dos recursos que deveriam ser investidos no antigo prédio onde funcionava o Pronto Socorro Sandra Celeste foi encaminhado à Procuradoria do Município para que possam dar respostas à Justiça.

O Ministério Público solicitou o bloqueio da verba já que a Prefeitura sequer iniciou a obra que estava prevista para melhorar as condições do prédio localizado no bairro de Dix-Sept Rosado. Sobre a multa fixada para o secretário de saúde do Município, Thiago Andrade, ela ainda não começou a ser paga. O secretário pediu revisão do valor e o juiz autorizou a redução de R\$ 30 mil para R\$ 10 mil. O procurador Bruno Macedo disse que já informou à Justiça, que dia 15 será apresentado o orçamento básico da obra.



Um dos ambulatórios será instalado no bairro de Brasília Teimosa, onde a atual unidade apresenta uma grande demanda de pacientes em busca de atendimento

SMS anuncia implantação de ambulatório especializado

Para cobrir os buracos da cobertura do Programa de Saúde da Família em Natal a curto prazo, a Secretaria Municipal de Saúde irá implantar um novo serviço, o Ambulatório Médico Especializado, com cinco unidades em Natal, sendo uma em cada distrito sanitário da cidade. Os AMEs serão geridos por Organizações Sociais, entidades privadas e filantrópicas, a exemplo do que acontece na UPA de Pajuçara. A ideia já nasce polêmica, com sindicatos e movimentos sociais dispostos a entrar na Justiça contra o que chamam de "privatização da saúde".

Dois dos novos ambulatórios devem começar a funcionar ainda este mês. A chamada pública, presente no diário oficial da última sexta-feira, previa a criação de cinco Ambulatórios Médicos Especializados, nos seguintes bairros: Nova Natal e Planalto - a ser inaugurados este mês - além de Brasília Teimosa, Potengi e Dix-Sept Rosado. Na prática, os AMEs irão funcionar como centros clínicos, com vários especialistas, como cardiologista, ginecologista, obstetra, pneumologista, geriatria, oftalmologista, entre outros. Os pacientes poderão procurar os serviços espontaneamente e também encaminhados pelos médicos dos postos de saúde. A previsão é de investir R\$ 26,4 milhões no novo projeto até 2011.

Segundo o secretário municipal de Saúde, Thiago Trindade, os ambulatórios irão preencher lacunas deixadas pela falta de estrutura do Programa de Saúde da Família em Natal. Há 117 equipes em Natal, sendo que 41 estão incompletas, sem médicos. Thiago promete investir também na reestruturação do PSE, mas até lá os ambulatórios especializados darão o suporte. "Temos 15 projetos para enviar ao Governo Federal sobre o PSF, mas por enquanto a melhor solução é essa

parceria com organizações sociais", diz Thiago.

As organizações sociais interessadas têm até o dia 11 de outubro, próxima segunda-feira, para enviar à Secretaria Municipal de Saúde as propostas para gerir os três primeiros AMEs, que são a de Nova Natal, na Zona Sul, e a de Brasília Teimosa, na Zona Leste, prevista para funcionar em novembro deste ano. Os outros dois, de Dix-Sept Rosado, na Zona Oeste, e do Bairro Potengi, também na Zona Norte, ficaram para o próximo ano. No contrato, a Prefeitura repassa os valores para o funcionamento das unidades e as organizações sociais contratam profissionais, compram equipamentos e abastecem com material médico-hospitalar. Os prédios são públicos.

Uma planilha de custos fixada pela Prefeitura impõe um teto para cada unidade, levando em consideração os serviços oferecidos. Os dois primeiros ambulatórios a serem inaugurados irão custar mensalmente R\$ 862 mil, o de Nova Natal, e R\$ 547 mil, o do Planalto. É o mesmo procedimento adotado na UPA de Pajuçara, considerada modelo e pioneira em termos de "terceirização" na saúde em Natal.

Os cinco ambulatórios irão ganhar posteriormente um reforço de uma outra unidade com mais capacidade de atendimento, segundo o projeto da Secretaria Municipal de Saúde. Será onde hoje fica o antigo prédio abandonado do Pronto-socorro infantil Sandra Celeste. "Teremos a maior unidade, considerada referência para a atual gestão", diz Thiago. A ocosidade do prédio atualmente é alvo de ação na Justiça, o que impôs multa pessoal ao secretário de saúde desde julho, no valor de R\$ 5 mil por dia. Thiago Trindade irá recorrer.

ESTRUTURA DOS AMEs

Unidades serão abertas ainda este ano

Nova Natal:

Especialidades médicas: clínico geral, pediatra, ginecologista, obstetra, endocrinologista, cardiologista, pneumologista, geriatria, oftalmologista, psiquiatria e reumatologista.

Outros serviços: exames, fisioterapia, psicologia, dentista e nutricionista.

Atendimentos por mês: 12.912

Custo mensal: R\$ 862.222,22

Brasília Teimosa:

Especialidades médicas: clínico geral, pediatra, ginecologista, obstetra, endocrinologista, cardiologista, pneumologista, geriatria, psiquiatria e reumatologista.

Outros serviços: exames, fisioterapia, psicologia, dentista e nutricionista.

Atendimentos por mês: 12.412

Custo mensal: R\$ 792.432,22

Planalto:

Especialidades médicas: clínico-geral, pediatra, ginecologista e obstetra.

Outros serviços: dermatista e exames.

Atendimentos por mês: 5.618

Custo mensal: R\$ 547.222,22

Projeto é motivo de polêmica e discussões

A polêmica sobre o projeto replete outras acaloradas discussões, como quando da implantação da UPA de Pajuçara e a terceirização dos serviços de laboratório. Há pontos ideológicos no debate. O secretário municipal de Saúde, Thiago Trindade, chama o processo de "gestão compartilhada", em referência à entrega da gestão dos ambulatórios às organizações sociais. Já os movimentos sociais e sindicais de profissionais de saúde chamam de "privatização" ou "terceirização". A diferença de nomes tra-

duz uma séria divergência de opiniões. De um lado, os movimentos sociais condenam a nova forma de gestão. Do outro, a Prefeitura diz não haver outro caminho. A reportagem da TRIBUNA DO NORTE entrou em contato com o Ministério Público Estadual. A promotora Kalina Filgueiras informou, através de sua Assessoria, que não há nenhum inquérito civil acerca do assunto. Mas a promotora tem conhecimento do fato e está colhendo mais informações para firmar uma posição a esse respeito.

SAIBA MAIS

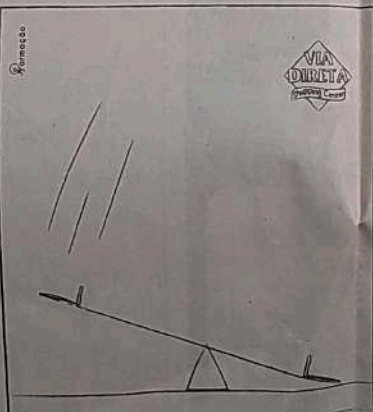
O QUE JÁ É TERCEIRIZADO NA SAÚDE

→ Cirurgias eletivas: as cooperativas dos médicos, anestesistas e cirurgiões pediátricos fornecem a mão de obra para realização das chamadas cirurgias eletivas, aquelas que não são de urgência e precisam ser marcadas.

→ Escalas de pronto-atendimento: como não têm profissionais suficientes, a prefeitura mantém contrato com a Cooperativa dos Médicos para complementar as escalas de plantão de algumas unidades de saúde, como no Hospital dos Pescadores, Maternidade Felipe Camarão e o Pronto-atendimento infantil Sandra Celeste.

→ Exames: os laboratórios do Município foram substituídos por um contrato com o DNA Centex, que ficará responsável pela maioria dos exames da rede de saúde. A Prefeitura mantém contratos com outros laboratórios, há mais tempo, para exames mais complexos.

→ Distribuição de medicamentos: há um projeto gestado na prefeitura, ainda a ser implantado, para descentralizar a distribuição de medicamentos utilizando farmácias conveniadas ao longo da cidade. O usuário pega a receita e retira o medicamento em qualquer uma delas, não precisando se dirigir às farmácias dos postos de saúde e policlínicas.



O maior Show Infantil do Ano
Todos juntos comemorando o Dia da Criança!

Tigrao e Pooh **The BACKYARDIGANS** **Barney**

Domingo, 10 de outubro, 17h, Olimpo Recepções

Desconto de 50%, a vida em até 2 (dois) parcelas sem juros. Pagamento em dinheiro. Original do assinante. (Assinante TR paga R\$ 20,00 por cada ingresso).

Sindicatos querem barrar terceirização na Saúde

ACÇÕES SERÃO PLANEJADAS COM O OBJETIVO DE IMPEDIR PLANO DA PREFEITURA; O MINISTÉRIO PÚBLICO SERÁ ACIONADO

Representantes dos sindicatos ligados à saúde pública planejam em breve uma série de ações que serão tomadas em conjunto, na tentativa de barrar o processo de terceirização adotado pela administração municipal nas unidades básicas de saúde. O anúncio foi feito na tarde de ontem, durante uma coletiva à imprensa, no Sindicato dos Médicos do RN.

Os sindicalistas pretendem acionar o Ministério Público contra a privatização do gerenciamento das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e de seis laboratórios de referência na capital, além de um contrato que a prefeitura teria assinado com organizações sociais, para que elas gerenciassem as unidades de especialidades médicas.

No próximo dia 13, os representantes participarão de uma audiência pública, na Câmara Municipal, com a finalidade de debater a questão da assistência e privatização à saúde pública municipal. Na ocasião, farão um desafio à prefeita Mícarla de Sousa: pedirão que ela compare qual melhor eficiência no atendimento entre as UPAs da Cidade da Esperança (público) e Pajuçara (privado), caso a gestora conceda os mesmos investimen-



Representantes de entidades sindicais anunciaram na entrevista coletiva que participarão, no próximo dia 13, de audiência pública na Câmara Municipal

tos aplicados na unidade da zona Norte.

Segundo a presidente do Sin-

dicato dos Servidores Municipais de Natal (Sinsenat), Soraya Godeiro, faz dois meses que os Planos de

Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCVs) não é "levado a sério pela prefeitura". Contudo, os ajustes es-

tavam previstos para serem discutidos na manhã de hoje, na Câmara Municipal.

O presidente do Sinmed/RN, Geraldo Ferreira, questionou para onde Mícarla de Sousa pretende encostar os médicos e outros profissionais que prestam serviço para o município, caso as terceirizações sejam efetivadas, como ela própria as teria anunciado. "Queremos que a Justiça analise isso e defenda o que tem que ser legal, ou seja, a abertura de concurso público para o provimento de vagas no serviço público. Temos dois certames que ainda estão em vigor e até agora ninguém foi convocado. Não há a mínima necessidade de contratar terceirizados. Portanto, vamos mobilizar servidores de todas as unidades de saúde para deflagrar uma campanha contra a privatização na saúde municipal", disse.

A diretora do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Sônia Godeiro, também criticou a intenção da prefeita em transformar as unidades de saúde nos bairros de Dix-sept Rosado, Planalto, Brasília Teimosa, Nova Natal e Planalto em Ambulatórios Médicos Especializados (AMEs). "Não podemos usar a verba pública para enriquecer quem quer que seja. Também não iremos permitir que os gestores dessas unidades terceirizadas sejam indicações políticas".

ENTIDADES REPUDIAM TERCEIRIZAÇÃO DA SAÚDE

/ MUNICÍPIO / NOVO MODELO DE GESTÃO NAS UNIDADES BÁSICAS GERA REAÇÃO NO SETOR

REPRESENTANTES DOS SINDICATOS ligados a área da saúde se reuniram para debater mais um problema na saúde pública da capital. Agora, a questão é a terceirização adotada pela Prefeitura de Natal nas unidades de saúde. O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Natal (Sinsenat), o Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte (Sinmed-RN), o Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do RN (Sindsaúde-RN) e o Sindicato dos Odontologistas do RN (Soern) garantiram que irão lutar contra esta forma de contratação de mão de obra.

De acordo com os sindicatos, a Prefeitura de Natal pretende privatizar as unidades básicas de saúde, transformando-as em Ambulatórios Médicos Especializados (AME's). Inicialmente, esse processo será feito em cinco bairros: Nova Natal, Brasília Teimosa, Potengi, Planalto e Dix-Sept Rosado. São pelo menos 300 profissionais trabalhando atualmente nessas unidades. "Esses funcionários são concursados e com a privatização podem acabar ficando sem função; a prefeitura não diz o que vai fazer com eles, só sabe que vai contratar outros", afirma Ivan Tavares, presidente do Soern. Segundo ele, essa contratação não será feita por meio de concurso público, mas por indicação.

Côm a implantação do novo sistema de gestão das unidades de saúde, um médico "privatizado" pode chegar a ganhar R\$ 11 mil, enquanto que o médico "público"



► Sindicatos de servidores e profissionais da área de saúde fazem movimento para protestar contra medida da prefeitura

recebe por mês cerca de R\$ 3.800, somando salário e gratificações. Geraldo Ferreira, presidente do Sinmed, questiona essa diferença de valores e defende a melhor remuneração do quadro atual, ao invés da substituição do mesmo.

Os sindicatos pretendem desenvolver uma série de ações conjuntas para impedir a chamada privatização. A primeira delas acontece hoje, no auditório do Sindsaúde. "Trata-se de um fórum em defesa da saúde pública, que vai deflagrar nossa campanha contra a privatização", adianta Soraya Godeiro, presidente do Sinsenat. O próximo passo será realizar uma audiência pública na Câmara Municipal, já proposta pelo vereador João Maria de Lucena Marinho, na próxima quarta-feira.

OUTRO LADO

"Para o usuário, qual o prejuízo?", questiona Thiago Trindade, titular da Secretaria Municipal de Saúde (SMS). O secretário afirma que o novo modelo envolve um processo de gestão compartilhada entre a prefeitura e uma organização social e que o usuário só tem a ganhar, pois em um único lugar terá atendimento ambulatorial e serviços especializados, como pediatria, ginecologia e geriatria. "Nesse modelo não tem greve, não faltam medicamentos e nem profissionais qualificados", garante Trindade.

As duas primeiras AME's devem começar a funcionar no próximo mês nas unidades de Nova Natal e Planalto. O serviço funcionará de segunda a sábado, das 7h da

manhã às 7h da noite. "Vai ser um plano de saúde público para a população, com qualidade máxima de prestação de serviço", afirma.

Quanto ao destino dos funcionários das atuais unidades básicas de saúde, o secretário garante que nenhum deles perderá a condição estatutária, ou seja, caso queiram, podem se submeter à seleção feita pela OS e se submeterem a nova gestão, desde que preencha os requisitos para a contratação. Caso contrário, serão remanejados para outra unidade. O secretário se diz frustrado pela especulação sindical antes mesmo do serviço estar funcionando e faz um desafio: "Se a população reprovar o serviço, em seis meses de funcionamento voltaremos atrás e discutiremos o modelo de gestão", conclui.

AUGUSTO RATIS / NJ

> ESPECIALIZADOS

Anestesiologistas foram primeiros a exigir receber melhores salários

Nesse dia 16, é comemorado o Dia do Anestesiologista, núcleo da medicina que tem evoluído em tanto em conhecimentos científicos quanto no posicionamento da categoria. Segundo Geraldo Ferreira, presidente do Sindicato dos Médicos (Sinmed) e anestesista há 25 anos, o profissional da área de anestesiologista se destaca pela sua importância nos procedimentos médicos e por ser a primeira especialidade que exerceu o direito de exigir salários melhores. "Algumas especialidades aceitavam valores mais baixos do que o merecido e não tinham o direito de requerer o salário que desejavam. Pelo grau de organização e pelos requintes técnicos, os anestesistas conseguiram fazer com que os honorários desejados fossem os previstos nas tabelas", explica Geraldo Ferreira.

Segundo ele, a anestesia é resultado de estudo relativamente novos, e a primeira demonstração pública de sua aplicação aconteceu por volta de 1846. Antes disso, a medicina era mar-

cada pelo terror. "As amputações, drenagem de abscessos e a extirpação de tumores eram feitas à cru", relembra o médico. Contudo, após seu surgimento, os estudos nessa área de pesquisa avançaram ao longo do tempo e ajudou a desenvolver em alta velocidade, propiciando a realização de cirurgias mais complexas como pulmonares, cardíacas e transplantes de qualquer espécie. "Hoje, a anestesia é a garantia de que o paciente irá sobreviver", reforça Geraldo.

Apesar de muitas pessoas ainda sentirem o medo de anestesia, Geraldo diz que não existe alergia às anestésias, mas sim técnicas de anestesia que podem ser contra-indicadas. As estatísticas de mortalidade estão entre 1 a cada 10 mil casos, verificando que em procedimentos onde o paciente está saudável, como cirurgias plásticas, o risco diminui para 1 em 50 mil. O médico tranquiliza ao dizer que os anestesistas questionam o paciente para fazer um plano de anestesia, livrando o paciente de riscos. Alguns

cuidados, porém, são necessários, como por exemplo em casos de hemorragia grave ser indicado anestesia geral para evitar estado de choque caso não seja possível receber um bloqueio. Pacientes com a barriga cheia podem vomitar e para aqueles que tem alergia a certas drogas, a anestesia é preparada com outra substância de igual eficácia.

Segundo Geraldo, hoje o profissional detém todo o manejo de instrumentos e recursos tecnológicos necessários para executar os seus trabalhos garantindo segurança ao paciente e sobrevivência em casos de reposição sanguínea e assistência ventilatória. "Hoje o anestesista trabalha como intensivista, pois ele não serve só para tirar a dor, mas também para promover o sucesso do tratamento".

Para o presidente do Sinmed, a área de anestesia tem atraído profissionais e hoje, de uma turma de 40 alunos do curso de medicina, 8 optam pela carreira de anestesiologista pelo fato de ser interessante e promissora.

HOSPITAL RUY PEREIRA

Presidente do Sindicato dos Médicos questiona contrato milionário

Desde que foi inaugurado pelo Governo do Estado, na semana passada, o Hospital Ruy Pereira está com apenas seis, dos 100 leitos disponíveis ocupados. A demora para a transferência de pacientes é motivada pela necessidade de uma revisão técnica das instalações da unidade onde funcionava o Itom que já estava fechado há cerca de um ano. O espaço foi alugado e a proposta da Secretaria de Estado da Saúde Pública era de criar leitos para desafogar, principalmente, o Hospital Walfredo Gurgel que tem hoje cerca de 100 macas com pacientes nos corredores do Hospital.

Para o presidente do Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte (Sinmed RN), Geraldo Ferreira, o cuidado para a ocupação dos leitos é necessário, mas há prejuízo com o aluguel de um espaço que não está sendo aproveitado em sua totalidade. "A gente entende que é preciso fazer a revisão, porque senão o mal pode ser maior. As vezes a gente tá de fora e não sabe o que pode estar acontecendo ao certo, mas acredito que essa estrutura deveria ter sido preparada com uma maior antecedência, com mais planejamento. Há um prejuízo financeiro já que se está pagando sem a utilização plena", analisa.



Geraldo Ferreira: "Há prejuízo financeiro com novo hospital já que se está pagando sem utilização plena"

Outro ponto importante avaliado pela presidência do Sinmed RN foi a questão do número de leitos criados com a abertura do Ruy Pereira. Os 100 leitos podem significar um alívio para os pacientes que aguardavam uma vaga nos corredores do Walfredo, mas essa pode não ser a solução definitiva.

"A criação desses 100 leitos são importantes, mas ainda não teremos a solução para essa questão. São quase 80 macas no Walfredo com pacien-

tes pelos corredores. A velha solução que já foi discutida, rediscutida e debatida é que é preciso colocar os hospitais regionais para funcionar com as equipes completas. Com uma estrutura abastecida e uma equipe composta de cirurgião, ortopedista, anestesista, clínica e pediatria, 90% dos casos que vêm do interior. Viriam apenas aquelas situações de cirurgias", aponta Geraldo Ferreira.

A criação do Hospital de Natal é mais um ponto que, para o diretor

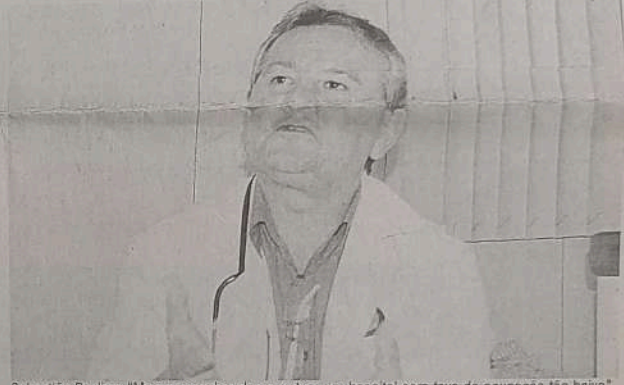
do Sinmed RN, precisa ser trabalhado. "Até lá é preciso colocar os regionais para funcionar e disciplinar a distribuição dos pacientes para os hospitais universitários. Essas 100 vagas no Ruy Pereira são importantes, mas é preciso ver que existem cerca de oitenta macas nos corredores do Walfredo Gurgel, as unidades poderiam voltar a ficar superlotadas rapidamente", calcula.

O ex-diretor do Walfredo Gurgel entre os anos de 1999 e 2002 e

do Hospital Santa Catarina entre 1996 e 1999, Sebastião Paulino, pondera e acredita que é preciso cautela na hora de transferir pacientes.

"Surpreende saber que tem um hospital com a taxa de ocupação tão baixa, mas desconheço o por que da demora. Na verdade, esse procedimento não é tão simples, é preciso avaliar o perfil do paciente transferido. Uma vez transferei um paciente do Walfredo para o Clóvis Sarinho. O processo todo demorou

porque foi preciso mobilizar equipes de diferentes setores da pediatria, cirurgia e raios-X. É necessária muita qualidade técnica para não se colocar o paciente em um risco maior. Imagino que eles estejam tendo esse tipo de dificuldade. Acredito que os primeiros a serem transferidos sejam os pacientes de baixo risco. É um sofrimento grande para quem está nas macas dos corredores dos hospitais, isso é contra os princípios de humanização", avalia.



Sebastião Paulino: "Me surpreende saber que tem um hospital com taxa de ocupação tão baixa"

*Às vezes, é o médico quem precisa de apoio.
Nós estamos aqui para isso.*

18 de Outubro. Dia do Médico



CONSELHO REGIONAL
DE MEDICINA / RN

Pode contar com a gente

Hoje é dia de quem luta para aliviar dores

NO 18 DE OUTUBRO, PRESIDENTE DO SINDICATO DOS MÉDICOS LEMBRA DA EXPANSÃO NO SANEAMENTO BÁSICO

WAGNER GUERRA

WAGNERGUERRA@YAHOO.COM.BR

No Dia do Médico, comemorado hoje, conquistas e desafios parecem multiplicar-se a cada ano, na tentativa de melhorar a saúde, combater as doenças, aliviar a dor, prolongar a vida e torná-la melhor. Com 25 anos na área de anestesiologia, o médico e atual presidente do Sindicato dos Médicos do RN (Simmed), Geraldo Ferreira, é um daqueles que ainda veem jeito para a complexa saúde pública no país. Justifica as vitórias da categoria, graças a uma tomada de consciência, por parte dos colegas, em lutar pelos seus direitos e discutir por melhores condições de trabalho.

Em termos de avanços na saúde pública, Geraldo garante que o governo ainda tem muito que fazer, a começar pela expansão do saneamento básico e fornecimento de água potável para o interior do Estado. Outro exemplo seria a erradicação de doenças ocasionadas pela falta de investimentos na saúde pública, como esquistossomose, hanseníase, malária e dengue, entre outras. "São doenças oriundas da situação de pobreza extrema. O Brasil tem que combater essas patologias, mas precisa melhorar o atendimento nas redes públicas, pois a situação é gravíssima e desumana, com milhares de pessoas jogadas sobre uma maca no corredor dos hospitais, já que faltam leitos. O próprio Programa de Saúde da Família (PSF) também funciona de forma precária no país. As pessoas pobres não tem acesso fácil a exames especializados, como ressonâncias ou tomografias, e ficam a esperar por semanas, até meses pelo serviço", criticou.

Contudo, o presidente do Simmed/RN destaca pontos positivos para a medicina brasileira, como a longevidade da população e o con-



Anestesiologista Geraldo Ferreira ressaltar a união dos colegas, quando precisarmos lutar por melhores condições de trabalho. Campanha Nacional de Valorização do Trabalho Médico é lançada esta semana

trole das doenças infecto-contagiosas, graças ao sucesso nas campanhas de vacinação. Na questão trabalhista, conseguiu com o apoio dos colegas acrescentar salário e gratificações do governo do Estado em uma única remuneração, que varia entre R\$ 6 e 9 mil por 40 horas de trabalho semanal. Na rede municipal, regularizou os salários entre R\$ 7 e 9,5 mil, deixando-os mais compatíveis com relação a estados vizinhos. "Hoje, estamos todos engajados na luta pela abertura de concurso público para o preenchimento das vagas em aberto no quadro atual da saúde pública", disse.

CELEBRAÇÕES

Nesta semana, o Conselho Regional de Medicina (Cremem) e outras entidades ligadas à categoria, promovem uma série de eventos em alusão às comemorações do Dia do

Médico em Natal, ressaltando a adesão do conselho à Campanha Nacional de Valorização do Trabalho Médico. Hoje, no Salão Nobre do Cremem, haverá a abertura da exposição de artes plásticas e de livros de autores médicos.

Amanhã, os médicos poderão conferir shows com Ivanildo Vila Nova (cantoria e repente) e Carlos Zens & Banda, no Teatro Alberto Maranhão. Na quarta-feira, haverá a entrega da Comenda Professor Otávio Lopes da Silva aos médicos homenageados: Jairo dos Santos Leite, Eudes Caldas Moura e Dagmar Olímpio Maia. O evento será no auditório do Memorial da Medicina. Paralelo a isso. Também no mesmo dia, haverá uma exposição de fotografias da Patagônia, pelo médico Tarcísio Gurgel, na biblioteca do Cremem. Na sexta-feira, será anunciada a premiação do vencedor do

processo de seleção para a criação da logomarca do Memorial da Medicina, no Salão Nobre do Cremem.

SÃO LUCAS

A data 18 de outubro foi escolhida em homenagem a São Lucas, padroeiro da medicina e consta como dia do santo pela tradição litúrgica. Ele exercia a profissão de médico e também tinha vocação pela pintura. Escreveu o terceiro evangelho e o "ato dos apóstolos" da Bíblia Sagrada. Acredita-se que Lucas veio de família abastada pelo seu estilo literário.

Tornou-se discípulo dos apóstolos e mais tarde seguiu a Paulo até ao seu martírio, sendo chamado pelo religioso de "colaborador" e "médico amado". Tendo servido o Senhor com perseverança, solteiro e sem filhos, cheio da graça do Espírito Santo, morreu com 84 anos de idade.



DEZ MAIORES AVANÇOS DA MEDICINA DA DÉCADA

- Descobertas do genoma humano chegam à beira do leito
- Tecnologia da informação acessível aos médicos e pacientes
- Leis anti-fumo e as campanhas para a redução do fumo em público
- Declínio de 40% nas doenças do coração nos últimos dez anos
- Pesquisas com células-tronco
- Expansão de terapias direcionadas contra o câncer com novas drogas
- Aumento da sobrevivência dos portadores de HIV, graças à terapia combinada
- Técnicas cirúrgicas minimamente invasivas e robotizadas
- Descobriu-se que a substituição hormonal aumenta os riscos das cardiopatias e câncer
- Expansão dos estudos funcionais do cérebro humano.

Fonte: MEDICAL TODAY

TRANSTORNO TRÂNSITO COMPLICADO PELA MANHÃ

O trânsito ficou lento ontem, em grande parte de Natal. Quatro semáforos apresentaram problemas em decorrência de um curto circuito na fiação elétrica. Os sinais dos cruzamentos da Alexandrino de Alencar com a Pudente de Moraes e Romualdo Galvão, e da Alberto Silva com a Romualdo, passaram horas sem funcionar. Além desses, o semáforo da Alexandrino com a Jaguarari também apresentou problemas. De acordo com o secretário interino de Mobilidade Urbana, Haroldo Maia, os agentes já estão nos locais realizando a substituição dos semáforos e realizando manutenção nos equipamentos danificados por causa do curto circuito.



Ruas precisaram ser monitoradas

ESTRADA ACIDENTE DEIXA UM FERIDO

Uma colisão envolvendo uma carreta Wolkswagem, de placa KJV-9496 (PE) e outra ainda não identificada deixou pelo menos um ferido na tarde de ontem. O acidente aconteceu no km 85, da BR 304, no sentido Natal-Mossoró, por volta das 15h20. De acordo com o inspetor Cabral da Polícia Rodoviária Federal (PRF), o acidente foi uma colisão lateral, causada por uma tentativa de ultrapassagem forçada. O choque puxou uma das carretas para o acostamento, que tombou em seguida.

O condutor José Ubiratan Conceição, de 49 anos, ficou preso nas ferragens, mas foi socorrido em seguida e teve uma perna quebrada. O motorista da outra carreta fugiu conduzindo o veículo, mas foi encontrado próximo ao local. Ainda de acordo com o inspetor, uma faixa da rodovia, no sentido Natal-Mossoró está interditada. No momento equipes do Samu estão no local socorrendo a vítima.

Prefeitura pede prazo para contraproposta aos médicos

A reunião que ocorreu na manhã de ontem transcorreu em clima de "entendimento" entre as duas partes

A prefeitura de Natal pediu mais prazo para apresentar uma contraproposta aos médicos da rede de saúde municipal. De acordo com o presidente do Sindicato dos Médicos (Sinmed), Geraldo Ferreira, durante a reunião que ocorreu entre médicos e representantes da prefeitura na manhã de ontem, foi apresentado um cronograma, segundo o qual, a prefeitura vai discutir o novo plano de cargos, carreiras e salários dos médicos do município com a Fundação Getúlio Vargas, responsável pela elaboração do plano nesta terça e quarta-feira. "Na quinta-feira, eles (representantes da prefeitura) vão discutir a proposta final e na sexta-feira às 16h vão apresentar a contraproposta para os médicos", acrescentou Geraldo.

Diante da possibilidade de retomarem a negociação, a classe médica resolveu suspender a paralisação agendada para a última segunda-feira. Geraldo não descarta a possibilidade da classe entrar em greve, no entanto explica que a reunião transcorreu "em clima de entendimento". Segundo o presidente do Sinmed, todos acataram as sugestões dos médicos. "Houve entendimento



Presidente do Sinmed, Geraldo Ferreira (D) acredita na chance de a categoria chegar a um acordo com a Prefeitura

que as sugestões dos médicos eram pertinentes", acrescenta Geraldo. De acordo com ele, a prefeitura reconheceu a carência de médicos na rede de saúde municipal e que o plano de cargos, carreiras e salários do estado é bem mais atrativo que o plano da rede de saúde municipal, o que poderia gerar uma "fuga" dos médicos da rede municipal.

As propostas apresentadas pela prefeitura à classe médica na próxima sexta-feira, serão discutidas numa assembleia já agendada para segunda-feira (19 de abril). "Vamos nos reunir na segunda, porque as coisas precisam ser analisadas com calma. Os representantes da prefeitura disseram que não vão terminar a reunião sem chegar

num entendimento". Geraldo disse reconhecer o esforço que está sendo feito por parte do município no sentido de evitar novas paralisações e explica que os argumentos apresentados pela classe médica são fortes e que as mudanças propostas pela classe são boas para os médicos, para o município e para a população.

"Torço para o entendimento. Uma prova disso é que a paralisação estava marcada para a última segunda e como houve acordo de que haveria negociação resolvemos cancelar para não prejudicar ainda mais a população". De acordo com ele, atualmente o município possui 700 médicos, sendo que 400 deles seriam prejudicados com a proposta da pre-

feitura de fixar o piso em R\$ 3 mil.

Entenda

Um médico do município em início de carreira recebe R\$ 1 mil por 40 horas semanais de trabalho e uma gratificação que varia de acordo com a categoria. A gratificação por especialização é de R\$ 2,7 mil, enquanto a de ambulatório é de R\$ 1,3 mil e do Programa de Saúde da Família (PSF) é de R\$ 3,8 mil. A prefeitura propôs incorporar as gratificações ao salário e fixar o salário base para um médico em início de carreira em R\$ 3 mil. De acordo com Geraldo, a proposta atingiria mais de 50% dos médicos da rede de saúde municipal, reduzindo o salário mensal de 400 médicos.

Novo Código de Ética Médica em vigor

Andrielle Mendes

Quem nunca recebeu uma receita médica ilegível, escutou um diagnóstico sem ser examinado corretamente ou não encontrou o médico que deveria estar de plantão? A saúde estadual e municipal traz uma série de relatos de pacientes que se sentiram prejudicados durante uma consulta médica, como a aposentada Ana Alice Fernandes Martins, 64, que não conseguiu sequer entender o que o médico havia receitado. Essa não é primeira vez que Ana Alice recebe uma receita com a letra praticamente ilegível. "Quando isso acontece, levo para o farmacêutico e ele diz qual é o remédio que o médico passou", relata.

Para acabar com essas velhas práticas, entra em vigor a partir de hoje o novo Código de Ética Médica, aprovado em plenária em

agosto de 2009. Durante a elaboração do novo código, que durou cerca de 2 anos, vários artigos como os que tratavam dos danos por ação ou omissão, abandono de plantão, ilegitimidade nas receitas, atestados e laudos e descumprimento de legislação sobre transplante de órgãos ou tecidos e modificação genética foram revistos. Novos artigos também foram acrescentados, revogando (anulando) os que já existiam no atual Código de Ética Médica, elaborado em 1988.

Para o presidente do Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Norte (CRM-RN), Luis Eduardo Barbalho, o principal avanço do novo código é o aumento da autonomia dos pacientes, que agora podem escolher o procedimento médico a qual serão submetidos. "Antigamente, até por questão cultural, o médico se coloca-

va numa postura superior aos pacientes. Com este novo artigo, fica possível ter uma relação mais direta com o paciente", explica. O que significa que o paciente agora tem o direito de escolher como quer seguir o tratamento, desde que os procedimentos sejam reconhecidos cientificamente.

O novo código determina também que o médico não pode abandonar o tratamento nem quando o paciente estiver em estado terminal. No máximo, pode renunciar o atendimento desde que comunique a decisão ao paciente. Outro ponto bastante polêmico diz respeito à reprodução assistida. No atual código, não havia nenhum artigo sobre esse assunto. Já o novo código proíbe qualquer tipo de manipulação genética, seja a reprodução para criar seres humanos geneticamente modificados ou a criação de embriões pa-

ra investigação genética.

Pacientes terminais, por exemplo, não deverão mais ser submetidos a procedimentos desnecessários ou que tragam ainda mais sofrimento - assunto que nem sequer era citado no atual código. O código que entra em vigor a partir de hoje proíbe qualquer tipo de relação do médico com o comércio e farmácia. Caso o médico participe de alguma pesquisa que envolva medicamentos ou trabalhe para uma indústria farmacêutica e receite algum medicamento que ainda está sendo estudado ou será lançado pela indústria, deverá comunicar esse fato ao paciente.

SERVIÇO

Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Norte - CRM-RN 4006-5300

O JORNAL DE HOJE

Notícias que os outros publicarão amanhã

Terça-feira

Ano XIV - Nº 4.099 ▶ Natal-RN, 26 de julho de 2011 ▶ R\$ 1,00 ▶ www.jornaldehoje.com.br



Marcos A. de Sá

Página 7

Justiça obriga a Datanorte pagar mais R\$ 1 milhão de dívidas trabalhistas acumuladas.



Alex Medeiros

Página 10

UFRN toma de volta equi-

> NICOLELIS VERSUS SIDARTA

Briga entre cientistas faz UFRN retirar equipamentos e pessoal do Instituto de Neurociências

PROBLEMAS DE RELACIONAMENTO ESTÃO CONTURBANDO A PARCERIA ENTRE A UNIVERSIDADE E O FAMOSO NEUROCIENTISTA, EMBORA REITORA MINIMIZE O FATO

CIDADE 5



Ferreira acredita que se não houver consenso, maternidade deve parar

> PARNAMIRIM

Médicos ameaçam abandonar o serviço

CIDADE 5

> PARNAMIRIM

Impasse entre médicos e prefeitura ameaça maternidade

A greve dos médicos do município de Parnamirim chegou ao fim, mas o impasse entre as partes, não. A categoria decidiu que se o contrato com a Prefeitura não for assinado no valor de R\$ 850, quantia exigida por eles, os médicos irão deixar o serviço a partir de 1º de agosto. O executivo municipal, por sua vez, garante que esta possibilidade é inexistente. O abandono dos profissionais oferece o risco de fechamento da Maternidade Divino Amor, uma vez que a falta de profissionais implica na desativação de diversos leitos, principalmente da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) pediátrica.

Para tentar entrar em acordo, mais uma vez, será realizada, amanhã, uma mesa de conciliação entre as partes, no Fórum do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte em Parnamirim. O encontro foi requerido pelo setor jurídico do Sindicato dos Médicos do RN (Sindicato/RN). De acordo com a entidade de classe, a conciliação visa acelerar a chegada de um consenso entre as partes, além de certificar que o acordo será justo e de

acordo com os princípios trabalhistas. Na ocasião devem estar presentes representantes dos médicos, da prefeitura de Parnamirim, do Ministério Público, além da juíza responsável.

Os médicos do município de Parnamirim decidiram suspender a greve após receber a notificação da decisão judicial os abrigando a retomar suas atividades na Maternidade Divino Amor. No entanto, a categoria conciliou o final da greve ao cumprimento da determinação judicial também por parte do executivo municipal. As medidas que deveriam ter sido tomadas pela Prefeitura eram a contratação dos médicos até que seja realizado um concurso público. No entanto, o Executivo quer contratar os médicos pelo valor de R\$ 600 por plantão, enquanto que a categoria não aceita valor inferior aos R\$ 850.

Segundo o presidente do Sindicato/RN, Geraldo Ferreira, se não houver um consenso amanhã, os profissionais irão deixar o serviço a partir da próxima segunda-feira. "Os médicos estão resolvidos de



Unidade médica corre risco de fechar por falta de médicos, alerta o Sindicato

que se não forem atendidos no valor que eles pedem, de R\$ 850, eles deixam o serviço. Se isso acontecer, há um sério risco da Maternidade Divino Amor ter que fechar as portas, porque muitos leitos serão desativados e a Prefeitura não vai conseguir repor estes profissionais. Com os profissionais que sobriariam, que são os contra-

tados pelo Executivo, não dá para fazer escala nem para dez dias", explica Geraldo Ferreira, acrescentando que dos 30 obstetras, restariam apenas sete, dos 15 pediatras, seis ainda se manteriam na atividade e a UTI Pediátrica teria que reduzir de 11 para, no máximo, dois leitos.

O secretário municipal de

Saúde, Marciano Paisinho, disse que a prefeitura de Parnamirim não tem nenhuma nova proposta para apresentar à mesa de conciliação. Segundo ele, o Município está acima do limite prudencial e, portanto, não possui condições de oferecer reajustes salariais.

As propostas que a Prefeitura pode oferecer, segundo o secretário, são a contratação dos profissionais com a garantia dos direitos trabalhistas pelo valor dos termos anteriores (R\$ 600) ou o reajuste para R\$ 850 por via de cooperativa médica. "Estamos com limitações financeiras e estas são as propostas que podemos oferecer até a realização do concurso", pontua Marciano Paisinho, garantindo que o concurso deverá ser realizado até o mês de janeiro do próximo ano e os médicos devem ocupar suas funções a partir do mês de abril de 2012.

Questionado sobre qual atitude a prefeitura de Parnamirim pretende tomar caso os médicos abandonem o serviço, o secretário diz que "não pode obrigar ninguém a trabalhar". "Se isso acontecer, te-

remos que fazer um chamamento público para convocar novos médicos que queiram ocupar a função", conclui Paisinho.

MEMÓRIA

A proposta inicial feita pela categoria era de aumentar o valor do plantão para R\$ 1,1 mil. A Prefeitura ofereceu o valor de R\$ 918, porém, os médicos teriam que abrir mão de seus contratos de trabalho e passariam a receber seus vencimentos por meio de uma cooperativa médica. A categoria rejeitou a proposta de receber via cooperativa, mas aceitou o valor de R\$ 918. Exigindo que os contratos sejam feitos através de vínculo trabalhista, a categoria médica reduziu o valor proposto para R\$ 850. Porém, o acordo ainda não foi alcançado, uma vez que a Prefeitura alega que o município está acima do limite prudencial e que não pode ser dado nenhum reajuste que onere o orçamento. O Município propõe realizar o contrato garantindo os vínculos empregatícios, porém, mantendo o valor atual de R\$ 600. A categoria rejeita esta proposta.

Médicos irão esvaziar atendimento na Maternidade

NÃO HOUVE ACORDO COM A PREFEITURA DE PARNAMIRIM E, A PARTIR DE HOJE, NÃO HÁ MAIS INTERNAÇÃO NA UTI PEDIÁTRICA

Não houve avanço em mais uma mesa de conciliação entre a prefeitura de Parnamirim e os médicos do município, uma vez que o executivo municipal reapresentou as mesmas propostas. Segundo o Sindicato dos Médicos do RN (Sinmed/RN), a tendência é que os setores da Maternidade Divino Amor sejam esvaziados a partir de hoje. O abandono dos profissionais oferece o risco de fechamento da unidade, uma vez que a falta de profissionais implica na desativação de diversos leitos, principalmente da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Pediátrica.

O presidente do Sindicato, Geraldo Ferreira, garante que os profissionais não continuam seus serviços e, que, inclusive, a maior parte deles já está assumindo compromissos em Natal. "Os médicos foram enfáticos em dizer que não aceitam a proposta do Município e que vão esvaziar os setores, até que na próxima segunda-feira não tenha mais nenhum trabalhando. A partir de hoje, não se internam mais pacientes na UTI pediátrica porque só conta com um neonatologista efetivo. Além deste, a maternidade só tem cinco pediatras e 14 obstetras efetivos e com estes profissionais é impossível fechar uma escala até metade do mês", explica Geraldo.

O secretário municipal de

Saúde, Marciano Paisinho, disse que se os médicos abandonarem o serviço, a prefeitura de Parnamirim fará um chamamento público para que novos profissionais ocupem as funções. No entanto, Geraldo Ferreira acredita que a opção não terá sucesso. "A Prefeitura vai ter dificuldades para repor suas escalas. Se

presidente do Sinmed.

O secretário Marciano Paisinho não participou da mesa de conciliação, pois estava viajando. Mas informou à reportagem, ainda ontem, que seria substituído na reunião pelo secretário-adjunto de Saúde, Henrique Costa. A equipe tentou entrar em contato com o adjunto, mas não obteve sucesso, uma vez que o número de celular informado pelo secretário Marciano estava desligado.

MEMÓRIA

A proposta inicial feita pela categoria era de aumentar o valor do plantão para R\$ 1,1 mil. A Prefeitura ofereceu o valor de R\$ 918, porém, os médicos teriam que abrir mão de seus contratos de trabalho e passariam a receber seus vencimentos por meio de uma cooperativa médica. A categoria rejeitou a proposta de receber via cooperativa, mas aceitou o valor de R\$ 918. Exigindo que os contratos sejam feitos através de vínculo trabalhista, a categoria médica reduziu o valor proposto para R\$ 850. Porém, o acordo ainda não foi alcançado, uma vez que a Prefeitura alega que o município está acima do limite prudencial e que não pode ser dado nenhum reajuste que onere o orçamento. O Município propõe reatualizar o contrato garantindo os vínculos empregatícios, porém, man-

"Os médicos foram enfáticos em dizer que não aceitam a proposta do Município e que vão esvaziar os setores, até que na próxima segunda-feira não tenha mais nenhum trabalhando"

GERALDO FERREIRA
PRESIDENTE DO SINMED

profissionais que se dedicam há mais de oito anos à esta maternidade são tratados desta forma, imagine quem entrar agora. Além disso, a categoria é muito unida e acho difícil que médicos se sujeitem a trabalhar 'debaixo do chicote' e a ocupar o lugar de colegas que estavam em uma luta ética. A categoria flexibilizou, mas a Prefeitura não. Portanto, não há o que fazer. É lastimável", completa o



Presidente do Sinmed, Geraldo Ferreira, diz que sua categoria é unida e que não vai aceitar trabalhar "no chicote"

tendo o valor atual de R\$ 600. A categoria rejeita esta proposta.

Após mais de um mês de greve, os médicos do município de Parnamirim decidiram suspender o movimento após receber a notificação da decisão judicial os abrigoando a retomar suas atividades na Maternidade Divino Amor. No en-

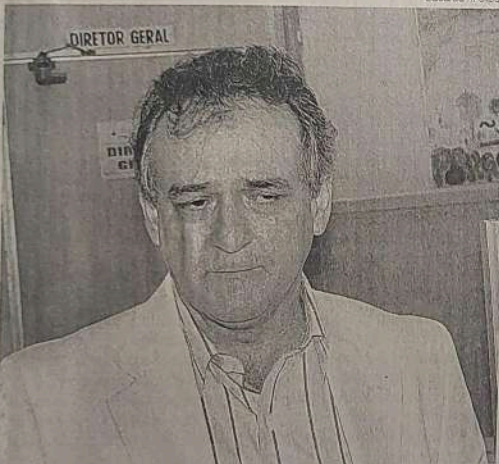
tanto, a categoria conciliou o final da greve ao cumprimento da determinação judicial também por parte do Executivo Municipal. As medidas que deveriam ter sido tomadas pela Prefeitura eram a conciliação dos médicos até que seja realizado um concurso público. No entanto, o Executivo quer contra-

tar os médicos pelo valor de R\$ 600 por plantão, enquanto que a categoria não aceita valor inferior aos R\$ 850. "Vamos ver como a Justiça vai agir. Se o prefeito [Maurício Marques] vai descumprir a decisão ou se a Justiça vai conseguir impor o que foi decidido", disse Geraldo Ferreira.

> AÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

> NEGOCIAÇÃO

Sindicato dos Médicos suspende paralisação de advertência



Eduardo nFeito

Geraldo Ferreira ressaltou que categoria estava mobilizada e não recebeu bem a notícia

O Sindicato dos Médicos (Sinmed) atendeu a solicitação da Prefeitura do Natal e suspendeu a paralisação de advertência que seria realizada hoje em todas as unidades de saúde como forma de expressar a indignação da categoria em relação a proposta de Lei cria o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos servidores da Saúde. A decisão foi tomada após a convocação de uma reunião entre a prefeita Micarla de Sousa e os médicos para discutir as reivindicações de revisão do Plano encaminhadas a chefe do Executivo após assembleia promovida no último dia 5. A reunião ocorrerá às 9 horas e contará com a participação das Secretarias de Planejamento, Saúde e Gabinete civil. O objetivo dos profissionais é aproximar o salário base dos médicos do município ao previsto no Plano de

Carreiras para os médicos do Estado, que equivale a quase o dobro.

Apesar do interesse em negociar, o cancelamento da paralisação não foi fácil. De acordo com o presidente do Sinmed, Geraldo Ferreira, a categoria já estava mobilizada e alguns não receberam bem a notícia. "Mas o sindicato mantém o canal de diálogo aberto. Ir para uma reunião de negociação com a paralisação seria colocar a faca no 'peito' do governo. Nosso objetivo não é esse. Percebemos que a Secretaria de Saúde tem interesse em revisar essas questões, pelo menos, foi o que nos disse a secretária Ana Tânia na última assembleia. Apresentamos uma proposta de correção dos salários baseada no Plano de Carreira dos médicos do Estado. Caso fosse aprovada do jeito que está, a nova Lei do PCCS pagaria ao

profissional que trabalha 40 horas semanais cerca de R\$ 3 mil, enquanto no Estado o valor inicial é o dobro disso", explicou. No documento encaminhado, o Sinmed propõe um salário base de R\$ 4 mil para 40 horas e metade para 20 horas. Os valores foram calculados com base no PCCS Estadual, que paga aproximadamente R\$ 6 mil para médico 40 horas em início de carreira e mais de R\$ 9 mil para fim de carreira. Os profissionais 20 horas recebem metade deste valor.

O Sindicato dos Médicos convidou todos os 700 médicos que atuam no município a participarem da negociação e orientou aqueles que não puderem participar que estejam nos seus locais de trabalho. As unidades deverão funcionar normalmente, sem que os médicos paralise as atividades.

Segundo Ferreira, a não revisão salarial do PCCS agravará ainda mais a fuga de profissionais da rede, fato que aumentará a fragilidade do quadro funcional, já tão deficitário. "Sabemos que vários médicos estão pedindo redução de carga horária de 40 para 20 horas para assumirem as outras 20 horas na rede estadual ou privada. É público e notório que o salário pago pela Prefeitura não é competitivo. Se isso não for revisto ficará cada vez mais difícil Natal contratar novos médicos", disse.

A assembleia marcada para 19h30, no sindicato, está mantida para deliberar sobre os pontos discutidos pela manhã com o gestor municipal. Na ocasião, serão dados os encaminhamentos a partir do que foi decidido na reunião com a prefeita.

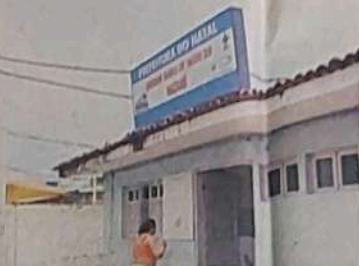
PEREGRINAÇÃO PELO

INVESTIGAÇÃO / NOVO JORNAL PERCORRE UNIDADES DE SAÚDE DE TODAS AS ZONAS DA CAPITAL PARA MOSTRAR COMO USUÁRIOS E SERVIDORES AVALIAM O SERVIÇO

SUS



Policlínica da Zona Norte: problemas nas instalações elétricas



Unidade Básica de Saúde do bairro de Nazaré, na Zona Oeste: médicos faltam



Policlínica da Zona Sul: usuários reclamam da demora de realizar exames

TIAGO LOPES DO NOVO JORNAL

SE POR UM lado os postos do Sistema Único de Saúde (SUS) representam o principal suporte para o atendimento da população que ganha até dois salários mínimos, conforme registrou o Suplemento Saúde da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), divulgada semana passada pelo IBGE, por outro o serviço oferecido pelas unidades básicas de Natal continua experimentando períodos alternados de crises. Entre os problemas comuns a todas as unidades visitadas pela reportagem do NOVO JORNAL, durante dois dias da semana passada, usuários e servidores afirmam que um dos mais graves

ainda é a demora na realização de exames mais complexos. Para fazer uma tomografia, os pacientes chegam a esperar até quatro meses. Alguns denunciaram uma deterioração até anual.

Na Policlínica da Zona Norte, todo o setor de fisioterapia está desativado desde outubro do ano passado por causa da precariedade das instalações elétricas. Na Unidade de Saúde do bairro Nazaré, a estrutura, fixa e móvel, em risco a presença dos usuários. O prédio é tão velho que botões se abrem com facilidade. Uma das obstruções já provocou a queda de uma criança.

Problemas como as grandes filas que começam a se formar ainda durante a madrugada para aquisição de fichas de atendimento

estão reduzidos a poucas unidades. Material e medicamento ainda faltam esporadicamente, mas os servidores afirmam que isso só acontece por conta da burocracia inerente ao poder público.

Já o serviço oferecido pelos médicos foi o tópico que gerou as opiniões mais divergentes. A maioria dos pacientes disse receber ótimo atendimento dos profissionais da saúde. Os que discordam alegam que os profissionais não são comprometidos com horários de chegada e saída e faltam constantemente.

A reportagem percorreu sete unidades de saúde, básicas e secundárias da capital, em todas as regiões, para averiguar como transcorre o serviço prestado pelo Município.

400

É a média de atendimento por dia da Unidade Mista de Mãe Luiza, segundo a direção



Unidade Mista oferece serviço ambulatorial e de pronto socorro, agregando cerca de 90 servidores

200

pessoas, em média, são atendidas por dia no Programa de Saúde da Família de Mãe Luiza



Unidade Básica de Saúde de Mãe Luiza inovou com o agendamento da consulta, diminuindo as filas

ZONA LESTE

POSTOS EM MÃE LUIZA POSSUEM BOA ESTRUTURA

Na Zona Leste, foram visitados os dois postos de saúde do bairro de Mãe Luiza: a Unidade Mista, na Rua João 23, que oferece serviço ambulatorial e de pronto socorro, e a Unidade de Saúde da Família do bairro, que serve de suporte ao Programa Saúde da Família (PSF) e fica localizada na Rua Guanabara. As duas possuem boa estrutura física, sem rachaduras ou outras obstruções visíveis, sendo que a segunda foi reformada recentemente.

O movimento é intenso nas duas. De acordo com Lúcia Rosa, diretora da Unidade Mista, o número de usuários atendidos diariamente pode chegar a 400. No total, essa unidade agrega cerca de 90 servidores, oferecendo, além dos serviços básicos de clínica, odontologia, pediatria e ginecologia.

A dona de casa Rejane Lopes afirma que os profissionais dessa unidade "fazem o possível e o impossível para dar um bom atendimento". Segundo ela, isso é facil-

mente notado nos dias de intensa movimentação. A comerciante Antônia Maria concorda sobre a qualidade do atendimento, mas faz uma ressalva: "às vezes, eles atrasam muito e ninguém avisa à população". No dia em que foi entrevistada, Maria havia chegado no posto na hora em que seu atendimento foi marcado, às 7h. Duas horas depois, o médico responsável ainda não havia chegado.

De acordo com Lúcia Rosa, a imprevisibilidade da falta de um médico é um problema menor, mas "bagaúça um pouco a escala". Para o mês de abril, a Unidade Mista está com a escala quase completa. "Só não chegamos aos 100% porque um médico está fazendo residência em Minas Gerais".

Por causa da insegurança do bairro, os dois postos de saúde já chegaram a fechar as portas por falta de vigias e guardas municipais. No último fim de semana, a Unidade Mista, que funciona 24 horas em todos os dias da semana,

teve que fechar as portas no sábado porque os guardas designados para proteger o local não portavam armas de fogo.

A Unidade de Saúde da Família sofreu com o mesmo problema nos últimos meses do ano passado, chegando a interromper o atendimento à população durante um fim de semana inteiro porque a Guarda Municipal não tinha contingente disponível para enviar ao local. A direção teve que contratar vigias particulares para evitar que esse problema se repetisse.

Resolvida a questão da segurança, a direção tenta acabar com as filas que se formam ainda na madrugada. "Isso ainda tem, mas tá diminuindo um pouco", afirma a usuária Renata Fernandes que por não ter pegado fila na madrugada, só será atendida daqui a 10 dias.

O agendamento é novidade nesse posto de saúde. Quem não chegar ao local antes do amanhecer para pegar ficha, marca a consulta para o dia em que houver fichas disponíveis além do limite diário de 18 pacientes por médico. Para quem precisa fazer uma consulta de urgência, o arquiteto Pedro Costa explica que esses ocupam o espaço dos usuários que marcam mas não compare-

ram ao atendimento.

A administradora Armanda Gurgel conta que a Unidade de Saúde da Família de Mãe Luiza atende em média 200 pessoas por dia, contando, inclusive, com as famílias que recebem acompanhamento domiciliar das quatro equipes de PSF disponíveis para a região. Esse posto de saúde oferece os mesmos serviços ambulatoriais da Unidade Mista, mais nutricionista e psicólogo.

"O nosso maior problema aqui é a falha no sistema de regulação", diz Armanda, retomando as opiniões de todos os diretores entrevistados. É esse sistema que permite a marcação de exames como raios-x, tomografia, mamografia, mais complexos. "A equipe de agendamento é pequena para a demanda, contribuindo para a demora".

Como as equipes do PSF também realizam trabalho de acompanhar a recuperação dos pacientes, material para curativo falta constantemente nessa unidade. "Assim que falta, a gente pede para enviarem mais, mas é aquela burocracia. A gente recebe o material até dias depois de enviar os pedidos", diz.

ISSO AINDA TEM (FILAS), MAS ESTÁ DIMINUINDO!

Renata Fernandes, Usuária



O NOSSO MAIOR PROBLEMA AQUI É A FALHA NO SISTEMA DE REGULAÇÃO

Armanda Gurgel, Administradora da Unidade de Saúde da Família de Mãe Luiza

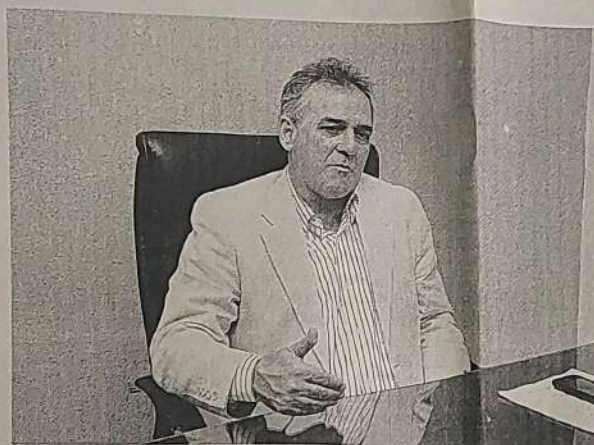
CONTINUA NA PÁGINA 11

Médicos propõem revisão no Plano de Carreiras apresentado pela Prefeitura

NESTA SEXTA-FEIRA, 16, HAVERÁ UM NOVO ENCONTRO ENTRE SINMED E PREFEITURA PARA DECIDIR O PCCS

Negociações entre médicos e Prefeitura estão caminhando para um possível entendimento no que se refere às divergências sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) da saúde municipal. Em reunião realizada ontem, o Sindicato dos Médicos (Sinmed) apresentou uma proposta de alteração dos termos do Plano que tratam da questão salarial, apontado como principal insatisfação da categoria. Diante da abertura do diálogo, os médicos que atendem nas unidades de saúde de Natal suspendiam a paralisação de advertência, que seria realizada durante todo o dia. Ao final do encontro, a comissão presente, formada por cerca de 30 profissionais, foi informada que serão feitas simulações referentes as sugestões encaminhadas pela categoria e, na tarde da próxima sexta-feira, dia 16, a conclusão deste estudo será apresentada.

A reunião foi conduzida pelo secretário chefe do Gabinete Civil, Kalazans Bezerra, que considerou o resultado do encontro positivo. Segundo ele, houve um entendimento da real necessidade do aumento significativo do salário base dos médicos, que hoje gira em torno de R\$ 1.040. "A Prefeitura reconhece que o salário base pago ao profissional médico hoje é in-



Geraldo Ferreira diz que agora há uma demonstração para a busca de um salário que estimule os médicos a ficar no município e Kalazans Bezerra confirmou que é necessário um aumento salarial



Foto: Heracles Dantas

digno e, se não fossem as gratificações, a situação do quadro funcional seria ainda pior. Partiremos para um salário base de R\$ 3 mil, com a garantia de permanência dos adicionais e de algumas gratificações específicas. Queremos assegurar a todos os servidores do município que não haverá redução de ganho, ao contrário do que acreditam alguns. Além disso, estes ganhos estarão incorporados as

novas aposentadorias", explicou Bezerra.

Participaram da reunião as secretarias diretamente ligadas a elaboração e implantação do PCCS. Um cronograma foi traçado para resolução do impasse. Hoje e amanhã as secretarias de Planejamento, Saúde, Gestão de Pessoas e Gabinete Civil se reunirão com a Fundação Getúlio Vargas, empresa contratada para prestar consultoria à

Prefeitura, para alterar a proposta salarial. Na quinta-feira, 15, haverá uma nova reunião do secretariado para debater o estudo da matriz e as implicações sobre a folha de pagamento e, na sexta-feira, 16, o novo encontro com os médicos para um possível acordo. Para o presidente do Sinmed, Geraldo Ferreira, os gestores públicos demonstraram que será encontrado um valor competitivo, que estimule os

médicos a permanecerem no quadro funcional. "Houve uma aproximação entre o que eles acreditam e o que nós queremos. A Prefeitura entendeu que a base é muito baixa e impossível de aceitar. Não há como solucionar o déficit no número de médicos nas unidades básicas sem pensar em salários. Estamos dispostos a fazer um acordo que preveja o pagamento em etapas, como fizemos com o Estado",

afirmou o presidente do Sinmed.

A proposta do Sinmed foi calculada com base no PCCS Estadual, que paga aproximadamente R\$ 6 mil para os médicos com 40 horas em início de carreira e mais de R\$ 9 mil para fim de carreira. Os profissionais de 20 horas recebem metade deste valor. No documento encaminhado, propõe um salário base de R\$ 4 mil para 40 horas e metade para 20 horas.

Direito Vivido

RIBAMAR DE AGUIAR (ADVOGADOS ASSOCIADOS) - ribamar@ribamardeaguiar.com.br / www.ribamardeaguiar.com.br

SUS tem que fornecer medicamento que não tem nas farmácias

O Pleno do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte concedeu o Mandado de Segurança, movido por uma usuária do SUS, diagnosticada com câncer, em quadro avançado, necessitando de quimioterapia. De acordo com os autos, foi prescrito o tratamento com uso do medicamento Sandostatin lar 30 mg - em um total de três ampolas e Nexavar 800mg, a serem administradas quatro vezes por dia. Medicamentos esses que possuem um custo elevado e a paciente não tem condições financeiras para adquiri-los. A decisão no Pleno também considerou que não existem medicamentos si-

milares no mercado, já que não são comercializados em farmácias, mas apenas disponibilizados pelo Ministério da Saúde dos Estados, por meio do SUS, motivo pelo qual requereu, administrativamente, à Secretaria de Saúde do Estado, sendo informada que não havia disponibilidade. Os desembargadores ressaltaram ainda que o Poder Judiciário observa os princípios constitucionais, como também as normas que instituem ao Estado o dever de implementar políticas públicas para assegurar a prestação à saúde, como as previstas nos artigos 196, 197 e 198 da Constituição Federal.

Empresa aérea responde por extravio de bagagem

A 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte determinou que uma empresa aérea, faça o pagamento da quantia de R\$ 2 mil, por ter sido, devidamente comprovado, que ocorreu o extravio da bagagem de um então passageiro. De acordo com os autos, foi extraviada uma guitarra e um carrinho de bebê. No julgamento da Apelação Cível, os desembargadores ressaltaram, ainda, o que já definiu

o próprio Superior Tribunal de Justiça, o qual entendeu que o extravio de bagagem, especialmente por longo período, gera a presunção da lesão moral causada ao consumidor. Os desembargadores ressaltaram também que a situação descrita nos autos foi "constrangedora", uma vez que adquiriu bilhete de passagem aérea para voltar para Natal e, no percurso, quando em escala na cidade de Chicago, parte de sua бага-

gem foi extraviada, fato não contestado pela parte ré. A decisão levou em conta o artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor, o qual reza que "o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos".

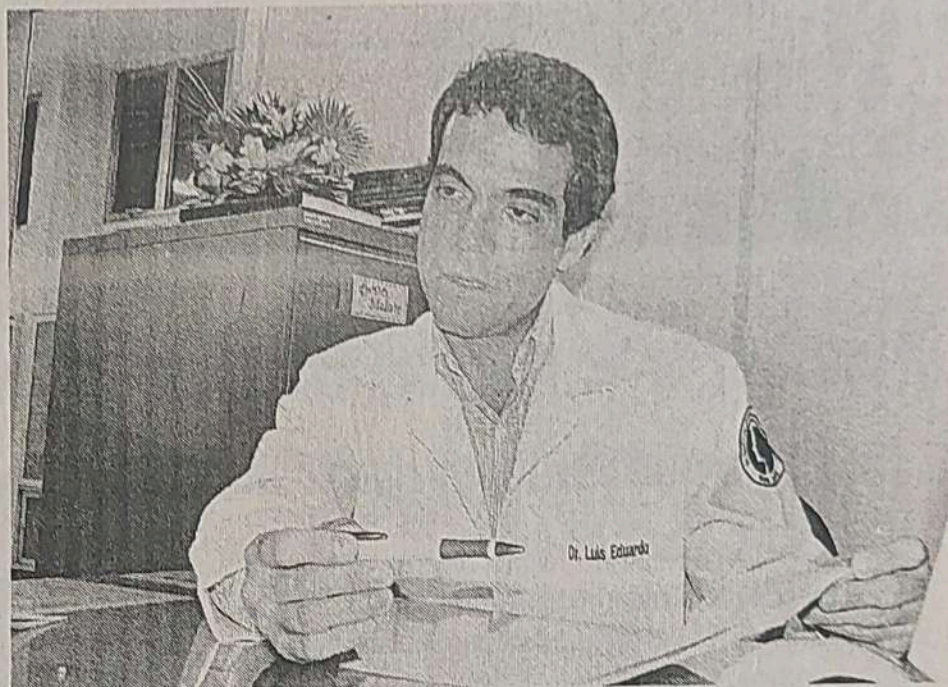
Entra em vigor hoje o novo código de ética dos médicos

Heracles Dantas

A partir de hoje entra em vigor o novo código de ética médica brasileiro. Apontado como um grande avanço pelo Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Norte (Cremern), o documento que rege a atuação dos profissionais de medicina incorporando questões referentes às inovações tecnológicas e jurídicas. Resultado de um trabalho de mais de dois anos de elaboração, o documento recebeu mais de 2.600 sugestões e possui 118 normas deontológicas, que vão estabelecer como médicos devem atuar em clínicas, hospitais, consultórios e outros serviços de saúde.

Dentre os principais ganhos, o novo código de ética irá alterar a relação médico-paciente, dando mais voz àquele que por tantas vezes tem suas vontades ignoradas. De acordo com o presidente do Cremern, Luís Eduardo Barbalho, o código antigo por muitas vezes era abrangente e, até mesmo, omissivo em alguns pontos. "O código antigo data de 1988, ano em que o SUS (Sistema Único de Saúde) foi criado. Agora temos um documento que atende as necessidades da atualidade. Os avanços tecnológicos, como o tratamento de reprodução assistida, agora serão regulados. Não será possível, por exemplo, escolher o sexo do embrião. Ao paciente será dada autonomia para opinar e escolher o tipo de tratamento que for receitado", explicou.

O novo código prevê também punições para os profissionais desatentos, que atendem pacientes de forma mecânica, sem dar a ele a atenção necessária para o diagnóstico. "Além disso, está regula-



Luís Eduardo Barbalho, presidente do Cremern: "O código estava desatualizado"

mentada a relação entre médicos e indústrias farmacêuticas. O ato de receitar medicamentos, receber bônus e oferecer cartões de descontos para o paciente se tornarão infrações. Os famosos garranchos também serão proibidos. O médico que não preencher receitas ou prontuários de atendimento de forma clara e, por algum motivo, prejudique o paciente poderá ser denunciado. Isso não se concebe mais. Os garranchos representam riscos, pois por conta de receita ilegível uma pessoa pode consumir uma droga errada".

Outro ponto polêmico abordado no código de ética revisado é a distanásia, ou seja, a manutenção por meios artificiais de um enfermo incurável. A partir de hoje será proibido insistir em medicamentos e tratamentos que sa-

bidamente não resultarão na cura. "O médico deverá se concentrar em medidas paliativas que se concentrem no tratamento em minimizar a dor e sofrimento do doente e dar suporte à família. Essa medida evita o desperdício de dinheiro, uma vez que os custos de permanência em uma UTI (Unidade de Terapia Intensiva) são extremamente altos, e a ocupação de um leito que poderia salvar a vida daqueles que realmente têm chances", concluiu o presidente do Cremern. O novo código de ética médica estará disponível para consulta da população no Portal do Médico (www.portal-domedico.org.br). O Conselho Regional de Medicina do RN também deixa a disposição dos interessados o telefone 4006-5300, para qualquer dúvida.

Médicos especialistas podem entrar em greve

Profissionais do município, que fazem dois mil atendimentos diários, realizam assembleia hoje

Sílvia Miranda
Especial para o Diário de Natal



Geraldo Ferreira, do Sinmed, diz que plano de cargos representa risco de reduzir ganhos da categoria na rede municipal

Os médicos especialistas da rede municipal de Natal se reúnem hoje à noite em assembleia às 19h30, na sede do Sindicato dos Médicos do Estado do RN (Sinmed) para discutir uma contra-proposta ao novo Plano de Cargos Carreiras e Salários (PCCS). De acordo com Geraldo Ferreira, presidente do Sinmed, com a nova proposta, cerca de 200 especialistas que trabalham nas quatro policlínicas do município passarão a ganhar menos do que ganham hoje, caso o novo plano seja aprovado pela Câmara Municipal no dia 6 de abril. "Atualmente os especialistas têm um salário base de R\$ 1,2 mil para 40 horas semanais e uma Gratificação de Médico Especialista (GEMESP) de R\$ 2.750, totalizando R\$ 3.950. A nova proposta pretende reajustar o salário para R\$ 3 mil e cortar as gratificações. Os especialistas que esperavam por um aumento salarial acabaram ficando frustrados com o novo plano", explica.

Segundo ele, a prefeita manteve a gratificação somente para os médicos do Programa Saúde da Família (PSF) e plantonistas. "Se

a gratificação não for mantida para os médicos especialistas, ele poderão entrar em greve, deixando de fazer cerca de dois mil atendimentos diários", adianta. Geraldo informou que caso os especialistas iniciem uma greve, deverão ganhar apoio do Samu Natal e das maternidades das Quintas, Felipe Camarão e Leide Moraes, além dos pronto-atendimentos do Satélite, Pajuçara, Sandra Celeste, Rocas e Cidade da Esperança. "Estamos solicitando uma rodada de negociações e vamos definir uma contra-proposta para a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) nesta terça, para a partir de então tomar alguma providência", acrescenta.

Caso a secretaria não proponha mudanças para o novo PCCS,

as quatro policlínicas da cidade, localizadas na Estrada da Redinha (Norte), Ribeira (Leste), Neópolis (Sul) e Cidade da Esperança (Oeste), fecharão suas portas para os mais variados atendimentos em cardiologia, geriatria, neurologia, ortopedia, reumatologia, mastologia, oftalmologia, dermatologia, urologia e diversas outras especialidades. "A categoria está passando por um momento de insatisfação muito grande, não pode ficar assim", afirma Geraldo.

Projeto

O projeto de lei para reajuste dos médicos e servidores da saúde do município deverá ser votado hoje na Assembleia Legislativa. Com o novo projeto, os médicos terão um reajuste de 21% no sa-

lário base, sendo 15% em junho e 6% em dezembro, além do aumento de 100% nas gratificações de alta complexidade previsto para junho. Com o reajuste, o salário base dos médicos passaria de R\$ 2,1 mil para R\$ 2.550 e a gratificação subiria de R\$ 1,1 mil para R\$ 2,2 mil.

Já os servidores estaduais da saúde terão reajuste de 45% para o nível, 20,75% para nível médio e 21% para nível superior. Além de aumento da Gratificação de Atividade Estadual (GAE) em 22,2% para o nível elementar, 18,5% para nível médio e 45,7% para superior. A proposta foi apresentada à categoria durante o movimento grevista finalizado dia 9, pelos médicos, e dia 10, pelos servidores da saúde.

SANEAMENTO

INAUGURAÇÃO DA ETE É ADIADA

A inauguração da Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) Central do Baldo foi adiada para hoje, às 10h, em virtude da ausência da governadora Wilma de Faria, que precisou viajar à Brasília ontem. Considerada a maior obra de saneamento básico do RN, além de tratar os esgotos de 21 bairros de Natal, o complexo promete despoluir o Rio Potengi. Foram investidos R\$ 84 milhões para atender 350 mil habitantes. A ETE é tida por especialistas como a mais moderna do Nordeste e uma das mais bem equipadas do país, com aplicação do tratamento terciário, que elimina 99% das impurezas dos esgotos.

ONCOLOGIA

HOSPITAL É ABERTO EM CAICÓ

Hoje, em Caicó, será aberta a primeira etapa do Hospital de Oncologia do Seridó, no qual será oferecido não só tratamento contra o câncer, mas também doenças do coração. O Hospital de Oncologia representa por parte do governo do estado, em convênio com a Liga Norte-rio-grandense Contra o Câncer, um investimento de R\$ 1,5 milhão e vai funcionar no prédio da antiga Maternidade Mãe Quininha. Na região do Seridó, o Hospital de Oncologia será um centro de alta complexidade não só em Oncologia, como também, em Cardiologia. A previsão é de que todos os serviços da Oncologia sejam oferecidos.

DENGUE

SESAP APRESENTA PLANO

A Secretaria Estadual de Saúde Pública (Sesap) apresentou ontem o Plano de Contingência da Dengue para 2010. O objetivo é reduzir a mortalidade nos períodos epidêmicos com integração na rede no RN. De acordo com a coordenadora do Programa de Controle da Dengue da Sesap, Kristiane Fialho, "a meta é organizar os serviços e práticas assistenciais nas regiões sanitárias, cobrindo 100% dos municípios". No plano, elaborado juntamente com as unidades Regionais de Saúde Pública, estão previstas ações de mobilização social, com divulgação de material informativo e boletins com dados do acompanhamento da dengue.

DECISÃO

TJ anula questão de concurso para delegado

O juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública, Ibanez Monteiro da Silva, anulou a questão nº 67 e determinou que o presidente da Comissão do Concurso Público para ingresso na Carreira Policial compute o ponto correspondente e adote os critérios previstos no edital para efeito de classificação e convocação de um candidato ao cargo de delegado da Polícia Civil no último concurso realizado no RN e, se for o caso, para a fase seguinte do concurso, o curso de formação profissional.

No Mandado de Segurança, o candidato, identificado como J.R.B.L. alegou que participou do concurso e prestou as provas objetiva e discursiva, obtendo êxito em ambas. Mas, para efeito de

classificação, argumentou que a questão nº 67 está com "vício insanável", uma vez que versaria sobre matéria fora do conteúdo programático do edital.

Desta forma, pediu a concessão de medida liminar para anular referida questão, acrescentando um ponto à nota obtida a fim de integrar o grupo de 90 candidatos que participaram do Curso de Formação (5ª etapa). O presidente da Comissão do Concurso defendeu a legalidade do ato com o registro da impossibilidade do Poder Ju-

diciário revisar as notas atribuídas aos candidatos.

O juiz, ao analisar as provas, verificou a presença do direito líquido e certo alegado pelo candidato. Para isso, observou que basta que se examine o programa constante do edital para perceber que a questão de número 67 não consta do conteúdo alí relacionado.

Para o juiz, como se vê, a questão de número 67 se refere à substituição de pena, apresentando como alternativa correta a letra "D" que dispõe: "É possível a

substituição de pena de réu reincidente (reincidência genérica) que for condenado por crime não violento com pena igual ou inferior a quatro anos, desde que a aludida reincidência não seja oriunda da prática do mesmo crime e a medida seja socialmente recomendável".

Tal matéria está inserida no Título V - "Das penas". Além disso, outras decisões de primeira instância, inclusive daquele Juízo, deferiram antecipação da concessão, considerando nula tal questão. Anulada a questão por decisão judicial ou mesmo administrativa, o ponto correspondente agora deve ser acrescido aos demais candidatos, independentemente de figurarem no processo.

Candidato que se queixou será convocado